

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

MARIA ALDA PINTO SOARES

PELAS MÃOS FEMININAS: Memórias da Educação Codoense (1950 a 1980)

CODÓ/MA
2015

MARIA ALDA PINTO SOARES

PELAS MÃOS FEMININAS: Memórias da Educação Codoense (1950 a 1980)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – Campus VII Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

CODÓ/MA

2015

Soares, Maria Alda Pinto.

Pelas mãos femininas: memórias da educação codoense (1950 a 1980) / Maria Alda Pinto Soares. – Codó, 2015.

86 f. ; il.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em História, 2015.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva.

1. Educação – Historiografia – Codó (MA). 2. Mulheres Professoras. I. Título.

CDU 37-055.2(812.1) (091)

MARIA ALDA PINTO SOARES

PELAS MÃOS FEMININAS: Memórias da Educação Codoense (1950 a 1980)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – Campus VII Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

Aprovada em: 19/08/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JOSÉ CARLOS ARAGÃO SILVA (Orientador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho (1º examinador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profª. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa (2º examinador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CODÓ/MA

2015

DEDICATÓRIA

A quem dedicar este trabalho? Tantas pessoas me foram fundamentais para a sua construção!

Assim, minha dedicatória deseja cumprir o objetivo da pesquisa e por isso, dedico este trabalho à memória da educação codoense.

Dedico à História de Codó e assim, estendo-a a todos que fizeram e fazem parte dela.

AGRADECIMENTOS

Não percorri este caminho sozinha. Muitas pessoas estiveram ao meu lado e a elas quero agradecer cada apoio a mim ofertado.

Agradeço a Deus por guiar meus passos, por ser fortaleza em todos os momentos.

Agradeço a minha família, minhas irmãs e irmãos, sobrinhos (as), cunhados (as) por acreditarem em mim e oferecerem sorrisos e aconchegos sempre que necessário.

Aos meus pais, Maria Domingas (*in memóriam*) e Benigno Soares (*in memóriam*), que mesmo partindo tão cedo, ainda são fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu esposo Alexsandro Learte, por compartilhar dos meus sonhos e acreditar neles. Por acreditar em mim.

Aos meus amigos Rafael Rocha e Maria de Jesus pelo companheirismo e cumplicidades.

Aos meus colegas de classe, os pioneiros de LCH em Codó, pela cumplicidade, harmonias e desarmonias que nos fizeram crescer juntos.

Ao IFMA Campus Codó pela solidariedade e permissão de ausência, necessárias às minhas buscas por fontes de pesquisa. Em especial, aos meus colegas de trabalho, Clara Stéfanny, Ivana Duailibe, Francisco Paiva, Daniel Dantas e Renata Reis pelas inúmeras vezes que deram-me força e incentivaram-me a pesquisar sobre a história da educação local.

Às pessoas que ajudaram na construção desta pesquisa, em especial, Luiza D'Ily, Marluzi Moreira, João Batista Machado, Jeffersson Alves, Carlos Gomes e Wolney Costa. Como eu aprendi com cada um de vocês!

Aos meus professores e professoras da UFMA: Alex, Aniceto, Anne, Ediene, Fabiana, Flávio, Gabriela, Ilka, Itanielson, Jascira, La Fontaine, Luciano, Marcella, Socorro, Victor e Wellington que foram guias nesta caminhada.

Agradeço a todos os funcionários da UFMA pelo atendimento sempre atencioso.

E finalmente, agradeço os meus orientadores Tatiane da Silva Sales e José Carlos Aragão Silva. Com a minha primeira orientadora aprendi, entre tantas outras coisas, sobre a importância da competência da mulher, observando-a simplesmente. Com Aragão aprendi a importância das memórias e seus registros para a construção de nossa História. Aos dois, sou imensamente grata.

“A mulher é dinâmica, ela é esforçada, ela é cuidadosa.

Eu sou uma admiradora da mulher!

Talvez por ser mulher também!

*Mas, eu sou uma admiradora da mulher, em todas as profissões que
ela exercer: professora, médica, advogada...*

*Em tudo eu gosto muito da atividade dela, do trabalho,
do desempenho e do próprio produto”.*

(Luiza D’lly)

RESUMO

Este trabalho fomenta discussões acerca do recente debate teórico e metodológico sobre a História das Mulheres emergidas a partir da história da educação, uma vez que, esta é considerada *locus* privilegiado para historiografia das mulheres. Situada nas linhas de pesquisa “História, Memória e Educação” e “Educação e Gênero” a presente pesquisa nasce com o propósito de trazer para o centro das discussões acadêmicas locais duas categorias em fase de reconhecimento na história: as mulheres e as professoras; ou mais certo, as mulheres professoras, com foco especial para as do município de Codó – Maranhão, através do resgate de suas trajetórias, histórias e memórias sobre a educação codoense. Neste sentido, trabalhou-se com foco na realização dos objetivos propostos e colheram-se resultados favoráveis sobre a História da Educação deste município, uma vez que, o escopo da pesquisa foi alcançado, conseguindo-se interpretar fragmentos de memória de três mulheres professoras codoenses, a partir da (re)construção de suas trajetórias possibilitadas pela história oral como metodologia de pesquisa, a qual foi fundamental para os resultados aqui apresentados.

Palavras-chave: Mulheres – Professoras – Memórias – Educação.

ABSTRACT

This work aims to promote discussions about the recent theoretical and methodological debate on the History of Women emerged from the history of education, since this is considered privileged locus for historiography of women. Situated on the lines of research "History, Memory and Education" and "Education and Gender" this research is born with the purpose of bringing to the center of local academic discussions two categories in recognition phase in history: women and teachers; or specifically, women teachers, with special focus for the city of Codó – Maranhão State, through the redemption of their trajectories, stories and memories about education of Codó. In this sense, work is focused on achieving the proposed goals and gathered up favorable results on the History of Education this municipality, since the scope of the research was reached, achieving interpret memory fragments of three women codoenses teachers from the (re) construction of their careers made possible by oral history as a research methodology, which was key to the results presented here.

Keywords: Women – Teachers – Memories – Education.

LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Carmem Palácio Lago.....	41
Figura 2: 1ª Fachada do Ginásio Codoense.....	47
Figura 3: Luiza D’lly Alencar de Oliveira	54
Figura 4: Instituto Histórico Geográfico do Codó.....	65
Figura 5: Filomena Catarina Moreira.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADES – *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário*

CAPES – *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*

CBPE – *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*

CNEG – *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*

CNPq – *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*

EMHE – *Encontro Maranhense de História da Educação*

DESe – *Diretoria de Ensino Secundário*

IHG Codó – *Instituto Histórico Geográfico do Codó*

IPHAN – *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

MOBRAL – *Movimento Brasileiro de Alfabetização*

MEC – *Ministério da Educação e Cultura*

NEDHEL – *Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras*

ONU – *Organização das Nações Unidas*

PMDB – *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*

PNPM – *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*

PQD – *Programa de Qualificação Docente*

PROCAD – *Programa de Capacitação de Docentes*

UEMA – *Universidade Estadual do Maranhão*

UFMA – *Universidade Federal do Maranhão*

UNICAMP – *Universidade Estadual de Campinas*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – A MULHER, A PROFESSORA E A HISTORIOGRAFIA.....	14
1. 1 – A inserção do sujeito mulher na historiografia.....	14
1. 2 – As visões estereotipadas da mulher.....	21
2 – AS ESCOLAS NORMAIS E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	27
3 – MÃOS FEMININAS NA EDUCAÇÃO CODOENSE: memórias e trajetórias de nossas professoras.....	37
3. 1 – Carmem Palácio Lago	41
3. 2 – Luiza D’Ily Alencar de Oliveira	54
3. 3 – Filomena Catarina Moreira: recordações de nossa primeira normalista	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado **PELAS MÃOS FEMININAS: Memórias da Educação Codoense (1950 a 1980)** situa-se nas linhas de pesquisa “História, Memória e Educação” e “Educação e Gênero”, nascendo com o propósito de trazer para o centro das discussões acadêmicas locais duas categorias em fase de reconhecimento na história: as mulheres e as professoras; ou mais certo, as mulheres professoras, com foco especial para as do município de Codó - Maranhão, haja vista o recente debate teórico e metodológico no campo da historiografia e sua importância para a pesquisa educacional, uma vez que, o campo da história da educação é considerado *locus* privilegiado para a escrita da história das mulheres.

Nesse sentido, essa pesquisa interpreta histórias e memórias sobre a educação codoense através da (re)construção de trajetórias de mulheres professoras do município, levando em consideração o silêncio em torno da história das mulheres e ainda da história da educação local, consideradas a problemática desta investigação por serem temas geradores de inquietações que emergiram a partir do contato com a educação escolar local, enquanto aluna, professora, bolsista de iniciação a docência, além da vivência na cidade de Codó – Maranhão, na condição de filha da terra, uma vez que, através destes laços, foi perceptível a escassez de documentos tanto sobre a temática, quanto sobre a história e cultura codoenses de modo geral.

Quando se trata de memórias e registros, as escolas nos aparecem em mente como locais privilegiados para o encontro de documentos acerca da cidade. Em Codó, como noutras cidades, principalmente do interior do estado, nos enganamos ao pensar assim. Existem documentos. Poucos. Mesmo os existentes precisam da dedicação do ofício de historiador para serem organizados e analisados para divulgação. São fontes que ‘aguardam’ por pesquisadores que não se incomodem em ‘tirar uma poeirinha’ e analisar papéis amarelados.

Sobre as primeiras professoras de Codó, poucos registros se têm. Nas fotos existentes nas escolas, muitos não sabem fazer uma ligação entre o nome e a pessoa, por não as conhecerem. Temos algumas atas com a assinatura destas, mas se desconhecem as suas trajetórias. Algumas pessoas, entre elas, ex-alunos, parentes próximos, colegas de trabalho são os poucos que podem nos informar sobre aquelas que construíram a educação de Codó.

Os cursos de licenciatura nos mostram que os laços construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula, que bem sabemos, expressam visões, escolhas,

aproximações e distanciamentos. Expressam a visão e contexto de uma época através das vozes de diferentes sujeitos. Conhecer o perfil, os espaços, os desafios enfrentados pelas professoras normalistas desse período, nos ajudam a traçar um panorama da cidade e da história de nossa educação, pois, as mulheres professoras constituem importantes bases educacionais da cidade, dignas de serem registradas e divulgadas, enquanto personagens de uma história real a partir da interpretação dos fragmentos de suas memórias.

Assim, esta monografia tem como objetivo geral: Interpretar através do registro dos fragmentos de memórias a história das mulheres professoras, suas relevâncias e contribuições para a Historiografia e para Codó. Os objetivos específicos dessa pesquisa são: 1) Interpretar a memória das mulheres professoras codoenses, a partir da (re)construção de suas trajetórias; 2) (Re)significar a memória e a história local contribuindo com pesquisas sobre a história da educação através do retrato do trabalho educativo das mulheres professoras codoenses; 3) Analisar a importância dos primeiros registros escolares e da memória viva de destacados professores codoenses enquanto guardiões da história deste município. Salientamos aqui, que esta pesquisa visa contribuir para a história local, uma vez que, há uma significativa carência de estudos como estes em Codó, além da ausência de acervo literário que trate das questões educacionais em solo codoense.

Com base no produto almejado para esta investigação, o encaminhamento metodológico iniciou-se com o levantamento bibliográfico pertinente, seguido de leituras, fichamentos, análises de autores de referência nas áreas de História da Educação, História Oral e Memória e Gênero, a exemplo de Mary Del Priore (1994), Elisabeth de Sousa Abrantes (2010), Jane Soares de Almeida (2008), Andréa Lisly Gonçalves (2006), Diomar Motta (2008), Guacira Lopes Louro (1997), Lourdes Siqueira (1999), João Batista Machado (1999), Tânia Silva (2008), Fátima Cunha (2000), Bosi (2003), dentre outros que subsidiaram a pesquisa.

Ainda em busca de material bibliográfico que tratasse da educação local foi realizada uma viagem a São Luís, capital do Estado, para um levantamento documental no acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Estado (Biblioteca Benedito Leite) e visita ao Arquivo Público do Estado, locais onde foram encontrados jornais da cidade de Codó com fontes importantes para a presente pesquisa. Já na cidade de Codó, procurei pela única pesquisa de conclusão de curso até então realizada sobre a mesma temática, da autoria do professor Wolney Costa (2003), que prontamente a cedeu para fornecer bases a este trabalho.

Após a realização das pesquisas bibliográficas e consultas nos acervos iniciou-se a pesquisa de campo, que teve por objetivo, obter, a partir dos fragmentos de memória das professoras codoenses, através da realização de entrevistas semiestruturadas e gravadas possibilitadas pelo uso da História Oral, dados acerca de suas trajetórias na educação codoense. Nessa fase foram realizadas quatro (04) entrevistas, sendo elas: a) com o escritor codoense João Batista Machado; b) com a professora Luiza D’lly Alencar de Oliveira; c) com a professora Marluzi Serra Moreira e; d) com o professor Carlos Gomes da Silva. Após a realização das entrevistas, os próximos passos consistiram nas transcrições e análises desse material para a composição desta monografia.

No corpo dessa investigação são apresentadas as principais conclusões emergidas a partir das análises documentais, assim como da interpretação das entrevistas realizadas posteriormente, as quais estão distribuídas de forma contextualizada nos capítulos que tornaram possíveis o alcance dos objetivos inicialmente propostos.

A partir da “Introdução”, fez-se, como está evidenciada, uma apresentação geral do trabalho, determinando as linhas de pesquisas, a problemática, os objetivos, a metodologia da pesquisa e estrutura dos capítulos. O primeiro capítulo, denominado “A Mulher, A Professora e a Historiografia” traz abordagens divididas em subtítulos sobre a inserção do sujeito mulher na Historiografia e as visões estereotipadas da mulher. O segundo capítulo “As Escolas Normais e a Feminização do Magistério” aborda a criação das escolas normais e discute fatores que fizeram do magistério uma profissão quase que exclusivamente feminina. O terceiro capítulo, a alma desta pesquisa, intitulado de “Mãos Femininas na Educação Codoense: memórias e trajetórias de nossas professoras”, por fim, interpreta as trajetórias das professoras pesquisadas: Carmem Palácio Lago, Luiza D’lly Alencar de Oliveira e Filomena Catarina Moreira. Em seguida faz-se as “Considerações Finais” da presente pesquisa.

Por fim, entende-se que o pesquisar sobre a história de Codó é de relevada importância, pois, pensar neste lugar e escrever sobre o seu território, sociedade, educação e cultura é fazê-lo existir enquanto memória oficial e torná-lo ainda mais vivo para as próximas gerações, uma vez que, a cidade enquanto espaço social é uma materialização da existência humana. E convida-se a adentrar nas memórias e trajetórias da história da educação codoense seguindo os traços deixados pelas mãos femininas.

1 – A MULHER, A PROFESSORA E A HISTORIOGRAFIA

“Lugar de mulher é na história, lutando para ultrapassar os limites que lhe são impostos, tanto no espaço privado da vida doméstica, quanto na arena pública, onde se desenvolve a luta pela sobrevivência”.

(Mary Del Priore)

Escrever sobre a mulher para fins acadêmicos significa entre tantas coisas, possibilitar o preenchimento de um espaço também seu. Porém, que nem sempre o foi! Quantas mulheres passaram suas vidas dedicadas aos afazeres do dia a dia, do lar doce lar e mal se quer aprenderam as contas além daquelas do rosário? Muitas! Mas felizmente, não todas! Sem julgarmos tempos e espaços, pensamos e dedicamos um tempo, felizmente contínuo, para estudar a vida de mulheres, em especial daquelas que tiveram a oportunidade de frequentar os bancos da sala de aula e mais adiante, de estar à frente e no comando destas. Sim, são elas, as mulheres professoras. Elas são o objetivo de estudo deste trabalho, não por serem objetos – embora um dia tenham sido consideradas somente isto – mas, por serem sujeitos! E como tal é mais que chegada a hora de estudá-las e vê-las inseridas como partícipes da historiografia.

1.1 – A inserção do sujeito mulher na historiografia

Nos dias de hoje já se é possível encontrar mulheres na história e histórias de mulheres. No entanto, isto é resultado de um longo processo de lutas e conquistas que ainda não se findaram. A “cadeira” ocupada pelas mulheres na historiografia é relativamente recente e o direito de ocupá-la tem sido conquistado com suor e teimosia por parte daquelas e daqueles que mobilizaram-se para mudar paradigmas dentro de uma sociedade de costumes patriarcais.

Silva (2008, p. 223) nos diz que “é fato conhecido que a história, escrita fundamentalmente por homens, durante muitos anos optou em excluir as mulheres dos relatos bibliográficos”. Cunha (2000, p. 144) citando Bresciane (1989/90) ao referir-se a busca da

mulher pela cidadania nos diz que essa é uma “história da exclusão” e ao mesmo tempo a “história de uma luta”, “principalmente para ser reconhecida – e para se reconhecer – como um indivíduo capaz de dominar os princípios da ética e da racionalidade da vida pública”. Cunha (2000, p. 142) diz que uma vez sendo “relegada a segundo plano na história, não era de se admirar que durante muito tempo a produção historiográfica desse a mulher um espaço pouco representativo em suas abordagens”. Assim, é somente no século XIX, após longos anos de escrita da história, que o sujeito feminino é incluído na Historiografia. Gonçalves (2006, p. 18) afirma que “nunca se falou tanto em mulheres como no século XIX”. E para tal inclusão diversas contribuições foram demasiadamente importantes.

Disputas são conhecidas para se chegar ao precursor da história das mulheres. Autores e movimentos reivindicam para si o primeiro passo para esta nova escrita. No entanto, há que se reconhecer que variadas contribuições são de tal modo imprescindíveis e entre elas podemos citar: a afirmação da história enquanto disciplina científica e a reavaliação do conhecimento histórico, o movimento feminista, a terceira geração dos *Annales* – a chamada *Nouvelle Historie* –, a feminização nas universidades e o surgimento dos estudos de Gênero em 1980, enquanto nova categoria de análise. (SILVA, 2008).

Ao ser reconhecida enquanto disciplina científica, a história passa a incorporar novas abordagens e possibilidades de estudo, mesmo que ainda falando de mulheres sobre o viés do olhar masculino. Nesse momento, uma reavaliação do conhecimento histórico permite uma crítica ao racionalismo e com isso, uma maior flexibilidade para olhar e tratar de questões que não ocupavam até então o centro de preocupação dos historiadores. Entre estas questões encontrava-se a mulher.

Do olhar masculino sobre a mulher Del Priore (1994) cita o historiador Michelet e sua abordagem sobre o sujeito feminino, ao afirmar que:

Desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até pouco tempo, a produziam com exclusividade. A primeira mirada sobre as mulheres, se bem que oblíqua e moralista, vem de Michelet, em 1859, no seu livro “La Femme”. O conhecido historiador francês compreendia o movimento da história como uma resultante da relação dos sexos, modulado pelo conflito latente entre a mulher/natureza e o homem/cultura. A mulher, ressaltava Michelet, só teria papel benéfico neste processo se dentro do casamento e enquanto cumprindo o papel de mãe. Ao fugir da benfazeja esfera da vida privada ou, ao usurpar o poder político como faziam as

adúlteras e as feiticeiras, elas tornavam-se um mal (DEL PRIORE, 1994, p.12).

Assim, o princípio das mulheres na história é marcado pelo ponto de vista masculino refletido na temática do subjetivismo e dentro do âmbito privado. A mulher só teria lugar na história se dentro dos padrões de uma sociedade de domínio patriarcal, exercendo de maneira satisfatória seu papel de filha, mãe, dona de casa e esposa dedicada. Todavia, esta situação não era plenamente acatada por todas e dessa recusa e discordância sobre a imagem, o papel exercido e o confinamento no âmbito privado como destino determinado da mulher, surgem os primeiros movimentos de mulheres, mais tarde melhor organizados e intitulados de Movimento Feminista.

De acordo com Silva (2008):

É a partir das lutas íntimas, portanto, que as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, criando os primeiros movimentos feministas, marcados por uma grande diversidade de reivindicações. Antes das historiadoras foram as feministas que fizeram a história das mulheres. O feminismo evidenciou a ausência da figura feminina no território historiográfico, criando as bases para uma história das mulheres feita por historiadoras (SILVA, 2008, p. 225).

Para Louro (1997):

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo dos estudos feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997, p. 17).

Nos termos de Cunha (2000):

A principal luta feminista consistia na recusa da divisão tradicional dos papéis sociais, bem como a visão que apontava a mulher como o “segundo

sexo” ou o “sexo frágil”. As feministas reivindicavam também a condição de sujeito de seu próprio corpo, de sua sexualidade e de sua vida, buscando um espaço de atuação política (CUNHA, 2000, p. 149).

Assim, a luta feminista constituída enquanto movimento político-social vem reivindicando, desde o século XIX, a garantia e a ampliação dos direitos da mulher. A ação organizada desse movimento tem possibilitado muitas discussões em diversos países sobre o papel exercido pela mulher na sociedade, uma vez que, estas foram forçadas a permanecer por muito tempo à margem das questões sociais. Questões como essa suscitaram o debate de reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos detentores de direitos a uma vida livre de discriminação e violência, com espaço garantido nas discussões pela equidade de gênero (CUNHA, 2000).

O movimento feminista teve origem em 1848 em Nova York, onde inicialmente surgiram discussões a respeito dos direitos da mulher como cidadã e indivíduo participante de uma sociedade. Logo, ganha cunho reivindicatório, passando também a ser iluminado pelos ideais revolucionários franceses, onde a igualdade, a liberdade e a fraternidade fortalecem o discurso pelos direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções, devendo estes, atenderem também às mulheres enquanto cidadãs. Mais adiante, a Revolução Industrial, que abre espaço para a mão de obra feminina abundante e barata, dá novas reivindicações ao movimento, pois, ao assumir postos de trabalho, a mulher passa a ter uma dura jornada, tendo agora que conciliar trabalho dentro e fora de casa. Desta maneira, o movimento feminista constitui-se como um movimento teórico, intelectual e político que tem por meta a conquista da igualdade de direitos entre homens e mulheres (BRASIL, 2008 - II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres).

A luta do movimento em prol de igualdade política e emancipação para as mulheres já é uma realidade no Brasil desde o século XIX. Originado por tentativas de superação da ordem conservadora da época, onde predominava a dominação masculina sobre a feminina em todos os aspectos da vida, o movimento no Brasil alcançou grandes conquistas, a destacar, com a ajuda de duas figuras importantíssimas neste cenário, Nísia Floresta, considerada pioneira no feminismo brasileiro, que em 1832, publicou seu primeiro livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, e Berta Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, também responsável pela organização do movimento sufragista no Brasil conquistado por meio do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, do

presidente Getúlio Vargas, que garantiu o direito de voto feminino no país (PACHECO, 2010).

Atualmente, a bandeira de luta do movimento feminista brasileiro está fundamentada no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que já faz parte de uma série de sonhos, lutas e conquistas das feministas. Este plano é orientado pelos seguintes princípios: igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade de estado, universalidade das políticas, justiça social, controle social, transparência dos atos públicos e participação. Para concretizar estes princípios, o Estado e as esferas de governo federais, estaduais e municipais deverão seguir 15 diretrizes listadas no PNPM, como por exemplo, combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens estereotipadas da mulher, infelizmente tão comuns num país conhecido como símbolo de sexualidade, que é o Brasil (BRASIL, 2008 – II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres).

Uma vez reconhecidos os méritos do Movimento Feminista, parte-se então para outra importantíssima contribuição da inserção da mulher na historiografia, a *Nouvelle Historie*, terceira geração dos *Annales*.

Pois bem, chegado ao século XX, mais precisamente nas décadas de 70 e início dos anos 80, a construção do conhecimento histórico passa por significativas discussões que afetaram os paradigmas existentes e incorporaram às fontes tradicionalmente conhecidas do método hankeano novas fontes e abordagens históricas, possibilitadas, principalmente, pela Revista dos *Annales*, obra dos pensadores March Bloch e Lucien Fébvre, que apresentava um outro e novo modo de produção historiográfica (SILVA, 2008).

Para estes pensadores, o historiador deveria fabricar o seu próprio objeto e é ele mesmo o sujeito na produção da história construindo e recortando seu objeto de estudo. (ABUD, 2003). Desse pensamento surgem conceitos e categorias explicativas desdobradas, como a História Social e a abordagem do cotidiano e a História das Mentalidades, fundamentada por Le Goff. Assim, a História passa a ter uma compreensão mais abrangente e inaugura uma nova concepção de homem (NAVARRETE, 2008).

Para Del Priore (1994) é bem verdade que nos anos 1930, Marc Bloch e Lucien Fébvre inauguram o predomínio do econômico e do social, através da Revista e/ou Escola dos

Annales com os estudos de conjuntura e estrutura. No entanto, nesse período, os estudos sobre família e mulher têm um viés socialista que impedem análises mais abrangentes. Assim, somente 40 anos mais tarde, os *Annales* contribui de forma mais significativa para o sujeito mulher enquanto participante da história. Segundo a autora:

Foi sem dúvida a partir de 1970, com a “*Nouvelle Historie*” favorecendo a expansão da Antropologia Histórica, que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade, e com a História das Mentalidades, voltada para pesquisas sobre o popular, que se inaugurou uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar a mulher. Duas preocupações marcavam a produção que ora se iniciava: 1) Fazer emergir a mulher no cenário de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais; 2) Demonstrar a exploração, a opressão e a dominação que vitimavam as mulheres (DEL PRIORE, 1994, p. 12).

No entanto, Del Priore (1994, p. 13) alerta para o fato de que os trabalhos realizados com o predomínio das características acima citados levaram a mulher a um “isolamento intelectual” que não influenciaram fortemente na disciplina histórica. Para isso fez-se necessário avançar historiograficamente a partir da fuga e /ou refuta da história que trata da mulher enquanto vítima. Nesse desafio, ela nos diz:

Vale dizer, finalmente, que o território do feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos, e onde o confronto e o conflito não imprimem suas marcas. A história da mulher, é antes de tudo, uma história de complementaridades sexuais, onde se interpenetram práticas sociais, discursos e representações do universo feminino como uma trama, intriga e teia (DEL PRIORE, 1994, p. 13).

Ainda sobre os *Annales*, Silva (2008) compartilha do pensamento de Del Priore e afirma:

É necessário admitir que mesmo tendo mantido as mulheres fora das preocupações centrais, a Escola dos *Annales*, ao direcionar as pesquisas para o âmbito político social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento, a sexualidade etc. Temas que permitiram a inclusão das mulheres na história (SILVA, 2008, p. 224).

Outra significativa contribuição para uma historiografia que falasse sobre a mulher vem de dentro das universidades a partir dos primeiros sussurros femininos que ali ousavam salientar-se. Silva (2008) citando Bruschini e Unbahaum (2002) revelam que:

A feminização das universidades também foi fator importante para o aumento das discussões e das pesquisas envolvendo mulheres, porque todo pesquisador sente atração por estudar a sua própria realidade. A descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que vale a pena procurar por ela, resultou, assim, dos próprios questionamentos que elas, num determinado momento de suas vidas, fizeram acerca de si próprias, rejeitando uma estrutura de supremacia masculina solidamente aceita e negando a ideia clássica da inferioridade do sujeito feminino. Para muitas, começou a parecer cômodo viver num mundo em que estivessem diluídas dentro da ideia de sujeito universal (SILVA, 2008, p. 225).

Mesmo levando em consideração o fato de que o ensino superior no Brasil foi permitido às mulheres apenas em 1879 (PACHECO, 2010), temos importantes trabalhos que surgem como contribuição para a inserção do sujeito mulher na história geral e brasileira, escritos por Dionísia Gonçalves Pinto – Nísia Floresta Brasileira (1832), Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1873), Josefina Álvares de Azevedo (1897), Júlia Lopes de Almeida (1886), Mary Del Priore (1994), Mirian Moreira Leite (1996), Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1978), entre outras. Este elenco representa a luta e persistência contra os discursos masculinos que “ainda supunha que as energias femininas deveriam ser direcionadas inteiramente ao serviço de suas famílias” (HAHNER, 2013, p. 59).

O surgimento dos estudos de Gênero em 1980 enquanto nova categoria de análise constitui-se ainda como contribuição da inclusão do sujeito mulher na historiografia procurando incorporar o estudo relacional entre homens e mulheres (CUNHA, 2000). A partir

desse momento lança-se também um olhar para a história de mulheres e descobre-se diferenciadas lutas e diversos sujeitos envolvidos que ganham espaços representativos nas academias. Aqui também torna-se fonte de novas investigações sobre o sujeito feminino.

Segundo Cunha (2000):

Podemos dizer que se na década de 70 a história das mulheres nasce no interior de uma história do trabalho, na década seguinte é ampliado de forma intensa o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, entre estes as mulheres, mas também outras dimensões da vida social são privilegiadas. E, nesse contexto, a história das mulheres passa a adquirir um estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia (CUNHA, 2000, p. 153).

Portanto, ao pesquisar sobre o surgimento da mulher na historiografia não se pode premiar este ou aquele autor/movimento como precursor, mas, compreender a importância adquirida de cada um deles. Pois, uma vez somados à afirmação da história enquanto disciplina científica e a reavaliação do conhecimento histórico, o movimento feminista, a *Nouvelle Historie* dos *Annales*, a feminização nas universidades e o surgimento dos estudos de Gênero enquanto nova categoria de análise pode-se compreender o longo percurso que vem sendo traçado e as múltiplas possibilidades de se estudar a mulher, que ainda não se findaram (SILVA, 2008).

1.2 – As visões estereotipadas da mulher

A ausência da mulher na historiografia deveu-se as visões estereotipadas que dela se tinha. Visões essas que determinaram por longos séculos o seu modo de viver, seu papel na sociedade e seu destino. Para início de conversa, os participantes da história são sujeitos, logo, a mulher considerada objeto de uso e de enfeite não se encaixaria nessa categoria.

É bem verdade que, durante muito tempo, o sexo feminino foi considerado parte do “*imbecilitus sexus*”, ou sexo imbecil, uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e deficientes mentais, ou ainda, do “*fragilitas sexus*”, sexo frágil. Enquanto ‘pertencentes’ dessa categoria era ato comum à propagação de falas preconceituosas contra sua personalidade, retratados e potencializados aqui no Brasil, desde a colônia pelos portugueses, como por exemplo, “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”. “A mulher honrada deve ser sempre calada”, “Contente-se com as contas do rosário”, do poeta português Gonçalo Trancoso, conhecido como um zeloso moralista e praticante de uma supersticiosa religiosidade da época. Portanto, desmerecendo a capacidade intelectual do sexo feminino (SOARES, 2013). Deste modo, a mulher marcada por essas características históricas era apenas aquilo que a figura masculina regia e ditava através do domínio patriarcal onde o homem era a autoridade máxima da família.

Para Sporn (2010, p. 195):

A sociedade patriarcal legitimou o pensamento social da dominação masculina, pelo viés informal ou de maneira institucional, através da igreja, da família, da educação, dos códigos jurídicos, estabelecendo discursos e valores tidos como ‘naturais’ e aparentemente indiscutíveis, influenciando as práticas coletivas, determinando o ir e vir dos sexos, os seus locais de sociabilidade. Pela fala dos homens na sociedade foi estabelecido às mulheres um comportamento submisso, uma sexualidade assexuada, um espaço, um lar, um destino, a maternidade. Nas entrelinhas deste discurso encontram-se ligações com o “poder”, em que as mulheres são convencidas a aceitarem a sua condição de subserviência e os homens se mostram como senhores do mundo.

Essa visão sobre a mulher deu-se inicialmente sem discórdia, uma vez que, a mulher não detinha informações mais precisas do grau de subordinação em que vivia. Seu modo de vida tal como era levado não se questionava, pois, cuidar do lar, dos filhos e servir ao seu marido era o destino até então conhecido e isso era o suficiente para uma “felicidade” de toda a vida. Nesse contexto, as mulheres tinham a obrigação de ser “modestas, virtuosas, econômicas e laboriosas, qualidades que fariam a felicidade do marido e poupariam desgostos aos pais, além de afastarem o fantasma do celibato” (ABRANTES, 2010, p. 34). Mas, é também dentro desse contexto que justificaram-se inúmeras agressões contra as mulheres

“abonadas” por sua natureza frágil e pelo ideal de sujeição e obediência a elas impostas (SILVA, 2010, p.101).

Vendo - se, então, a mulher desta forma, Gonçalves (2006) nos diz que:

‘Cada raça... desenvolveu sua concepção particular da mulher’ [escreveu o cientista C. de Varigny, em 1899]. Para os franceses, ‘ela representa o ideal’; para os espanhóis, ‘ela ainda é uma Nossa Senhora numa igreja’; para os italianos, ‘uma flor no jardim’; para os turcos, ‘um utensílio de felicidade’, para os ingleses, ‘ a mãe de seus filhos e a gerente da casa (GONÇALVES, 2006, p. 42).

No entanto, o que se nota em todas essas concepções é que a condição da mulher não se altera. Seu comportamento obedecia a um perfil definido pelo olhar masculino, que até mesmo seu próprio corpo deveria seguir e traduzir. “Até nas formas de vestir ficava patente à submissão da mulher perante o homem” (SILVA, 2010, p. 88).

Segundo Silva (2010):

O corpo das mulheres era dotado de características que traduziam sua sensibilidade e delicadeza, tais como: a pele fina onde afloram as ramificações nervosas, carnes aveludadas para embalar a criança ou o doente [...] destacavam-se ainda as funções reprodutoras: ancas redondas, seios generosas, tecidos bem nutridos, sendo a roupa feminina, além de dotada de aspectos de graça, delicadeza, também de sedução e atração sexual (SILVA, 2010, p. 87).

Trazendo essa discussão para o Maranhão, as visões sobre o feminino na perspectiva dos intelectuais não diferiam muito do restante do mundo. Produtos de seu tempo, intelectuais maranhenses como Artur Jansem Tavares, Artur Pereira, Eduardo Ribeiro, Paulo Duarte, Antônio Machado, Manuel de Bittencourt e Aluísio Azevedo discursavam em seu jornal O Pensador que:

[...] A mulher maranhense [...] é a mulher que se casa aos quatorze anos e inutiliza-se para o resto de sua vida, é a mulher que acredita nos milagres da virgem, nas cóleras de Deus, na eficácia da confissão, na necessidade de jejum, é a mulher supinamente ignorante de seus deveres sociais e de suas obrigações domésticas.[...] (O PENSADOR, 10 de Março de 1881, p.61 In: SOUSA, 2010).

Em Codó, Maranhão, a imagem da mulher sob a ótica masculina também circulava na imprensa, como segue o exemplo exposto na página literária do jornal Êxito de 02 de Abril de 1950, que assim dizia:

[...] Mulher, ora bolas, mulher! Mulher é futilidade cem por cento. Apresente-se como apresentar. No palacete do burguês milionário ou na pocilga que serve de balcão barato para o amor; nas mansões luxuosas de coqueteria ou na casinha humilde do subúrbio. Vive nisso: nessa inclinação atávica para a banalidade, nesta atração instintiva pelo pueril e pelo vazio da vida.

A mulher não sai disso: - banalidade, futilidade, namoro na esquina, namoro na janela. Casamento de sacrifício, casamento de interesse. Um círculo vicioso que nos proporciona essa mulher comuníssima que conhecemos. Mulher que é um coquetel que possui fórmula intrincada. Um coquetel que a gente toma pelo prazer que se sente em se embriagar com qualquer coisa, seja cachaça ou champanhe; “bomba” ou uísque; cerveja ou quinado.

Não interessa a marca nem a qualidade: - o principal é que a gente se embriague... até mesmo com uma mulher!

E ai dela se não fosse mesmo um coquetel que embriaga a gente!

“Tadinha” dela. (JORNAL ÊXITO, 02 de Abril de 1950).

Escritas veiculadas pela imprensa, como as acima apresentadas, contribuíram fortemente para uma violência simbólica contra a mulher, mantendo-a no interior de seus lares e fazendo de sua “natureza frágil” um discurso para o domínio dos homens.

No final do século XIX em meio às alocações e lutas dos movimentos de mulheres que iniciavam muitas já “podiam se movimentar mais para além das paredes de seus lares, mas o degrau dessa mobilidade ainda dependia do país, do tamanho da cidade e da área

em que se vivia” (HAHNER, 2013, p. 63). No Brasil, o discurso republicano dá destaque à mulher enquanto fator essencial para o crescimento da nação, necessária a boa instrução dos filhos que seriam os futuros governantes do país. Deste modo, cria-se um perfil ideal de mulher para a nação. Neste cenário, a mulher deveria “permanecer honesta, valorizar e priorizar o lar, os filhos e o casamento, pois essa era a garantia de sua aceitação na sociedade” (ARANHA, 2010, p. 221).

Para fortalecer o discurso republicano, médicos e juristas enfatizavam sobre a necessidade da mulher de ser uma pessoa possuidora de honra e moral. Caso alguma ousasse a fazer o contrário ligeiramente era considerada imoral e assemelhada à imagem da prostituta.

Esse discurso também definiu os espaços de trabalho para a mulher. A vida pública do sexo feminino foi motivo de grande debate e os contrários a inserção desta no mercado de trabalho faziam duras críticas as que ousavam rejeitar um casamento, dar seguimento aos estudos ou mesmo, ter uma profissão que as levasse para além dos muros de casa. Um exemplo deste posicionamento foi veiculado no jornal Cearense de 1928:

Vejo que a mulher de hoje não vale a mulher do passado. A de hoje só quer ser doutora, professora, funcionária pública, aviadora, eleitora, senadora, deputada [...] o diabo a quatro, enquanto a outra era a doutora da casa, a funcionária da cozinha e a deputada do seu marido. Que saudade do passado, meus caros amigos! A mulher há de se tornar a ser mulher, no dia em que deixar o atropelo da moda, a vaidade de ser doutora, e voltar, pois, assim como vai, há de chegar um tempo em que ela não será mais nem homem nem mulher! Meus senhores: quereis a opinião de um rude sobre as mulheres? Panelas e mais panelas é o de que elas precisam (CEARENSE, 1928, p. 145 Apud: SALES, 2010, p. 154).

No entanto, o discurso republicano do início do século XX ao pensar em organizar a sociedade partindo do preparo do lar e relacionando a maternidade com o progresso e o patriotismo, não somente atribuiu às mulheres um papel mais significativo na sociedade, como também permitiu, mesmo que sem prever, um passo para o ingresso na vida pública ocasionado pela profissão que elas agora podiam ter; profissão que passou a ser considerada ao longo do tempo como feminina por excelência. Mulheres com o “dom” de educar uma vez honradas em seus lares poderiam também ajudar a nação sendo professoras. E desse modo,

tornou-se crescente o número de mulheres ingressantes no magistério. Para Gonçalves (2006, p. 36):

Profissão feminina por excelência, nos primórdios da massificação do ensino “quer pertencessem à classe operária ou à burguesia, as mulheres chegaram a engrossar as fileiras dos professores, sobretudo na escola primária” uma vez que dar aulas era naturalmente uma escolha quase predeterminada. Com a expansão estonteante das escolas primárias e secundárias por toda parte, especialmente a partir da década de 1860, a necessidade de professores se tornou insaciável, e as mulheres estavam disponíveis.

Para Matos e Borelli (2013, p. 137):

O magistério [...] seduzia as jovens por proporcionar um ganho financeiro, mas também por conta do aprimoramento intelectual, acenando com as possibilidades de um maior *status* social e de aceitação em funções públicas e ambientes intelectualizados. Algumas, depois de formadas, exerceriam a profissão por toda a vida, enquanto outras a abandonariam em função do casamento ou da maternidade. O magistério foi considerado adequado às mulheres por poder ser um trabalho de “meio período”, permitindo concatenar a atividade profissional com as obrigações do lar.

A constatação de que o professorado tornou-se composto, em sua maioria, por mulheres e que ao exercerem esta profissão, elas começaram a galgar espaço na sociedade faz dos centros de formação (escolas normais) e do próprio fenômeno da feminização do magistério um importante objeto de estudo da historiografia e espaço privilegiado para se estudar o sujeito mulher. Assim, continuemos a interpretá-los.

2 – AS ESCOLAS NORMAIS E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

As escolas normais surgem como *lócus* especializado em formar professores para o ensino primário. Sua história e criação estão associadas à necessidade da profissionalização dos docentes, num tempo de institucionalização da instrução pública no mundo moderno que se construía sob o signo da ordem social burguesa, porém, ultrapassando questões meramente pedagógicas (SCHAFFRATH, 2008).

No Brasil, esse processo de institucionalização da formação docente teria início a partir da década de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais, a serem citadas, da província do Rio de Janeiro (1835), da província de Minas Gerais (1835), da província da Bahia (1836) e da província de São Paulo (1846), criadas por consequência do Ato Adicional de 1834 (SOARES, 2013).

A primeira escola normal em território brasileiro é criada na cidade de Niterói, que uma vez precursora, inspira a criação de muitas outras posteriormente estruturadas. Embora surja como algo inovador e de caráter profissionalizante, o currículo por ela ofertado pouco diferia das escolas primárias. À formação já existente – que compreendia ler e escrever pelo método lancasteriano, realizar as quatro operações matemáticas e proporções, conhecimentos sobre a língua nacional, elementos da geografia e os princípios da moral cristã – foram acrescentadas somente as noções de didática e leitura (SCHAFFRATH, 2008). E deste modo, também foram estruturados os currículos e programas das escolas de Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Já em nosso estado, a formação docente tem sua institucionalização na última década do século XIX, precisamente em 1890, “através do Decreto nº 21 de 15 de abril, após um quarto de século, a Escola Normal Primária “Rosa Castro”, instalada em fevereiro de 1916, na cidade de São Luís, capital do Estado” (MOTTA, 2008). Sendo a primeira instituição, a Escola Normal do Estado – pública – e a segunda escola normal, de âmbito privado. Nesta última foi formado o maior número de normalistas atuantes na zona rural maranhense.

A presença das escolas normais na história local emergiu a partir da fundação do Ginásio Codoense em 1952, com a Escola Normal Colegial Codoense, primeira escola normal do município, seguidos do Instituto Magalhães de Almeida, da Escola Normal Ginásial de

Codó e do Centro Educacional Municipal Senador Archer. Estas três instituições ofereceram tanto o curso normal de formação de professores quanto o curso técnico em contabilidade. Estas escolas formaram a maior parte dos professores codoenses, muitos hoje já aposentados e outros que ainda atuam na educação do município. Mais recentemente tivemos a Escola Pequeno Polegar, o Colégio Múltiplo e o Colégio Batista Pastor Genésio Guimarães Lima oferecendo o curso de magistério na modalidade normal nível médio. Destes, atualmente só o Colégio Múltiplo ainda oferece o curso, pois, devido ao acesso ampliado ao Ensino Superior através dos cursos de Licenciaturas e Pedagogia, é cada vez mais decrescente o número pessoas que optam pelo curso normal (SOARES, 2013).

A história geral das escolas normais revela que, apesar do pioneirismo, durante todo o século XIX, esse tipo de formação se caracterizaria por um ritmo alternado de avanços e retrocessos. Ainda assim, a criação das escolas normais inicia uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente, demarcado por um dualismo: de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento ‘especializado’, melhoravam o seu estatuto sócio-profissional (SOARES, 2013).

Quando criada a primeira escola normal brasileira não se pensava em instrução feminina. Tanto no Ato Adicional de 1834 como no próprio regulamento da escola eram admitidas somente pessoas do sexo masculino, de tal maneira que, até o seu fechamento no ano de 1851, não se registrou nenhuma matrícula de mulheres na Escola Normal de Niterói. Isso só foi possível, no período de reabertura da escola, quando, em razão de diversos fatores, começa-se a pensar na formação de professoras (SCHAFFRATH, 2008).

No entanto, ainda na década de 30 do século XIX, quando surgiram as primeiras escolas normais no Brasil, já havia em muitas províncias algumas escolas de meninas. Ao que tudo indica, destinavam-se mais ao ensino de prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. As mulheres deveriam aprender a ler e escrever e fazer as quatro operações. A concepção de um currículo diferenciado relacionava-se ao papel reservado à mulher numa sociedade de costumes patriarcais e aos preconceitos quanto à sua capacidade intelectual. Nesse período, “a capacidade cognitiva da mulher era constantemente posta em xeque, situação essa que servia de justificativa para que tais mulheres pudessem se desviar de conhecimentos considerados muito elevados para a sua capacidade cognitiva” (SALES, 2010, p. 137). Segundo Abrantes (2010):

Até o advento da República, as mulheres compunham o maior contingente da população analfabeta do país, pois além de não terem a mesma oferta que os homens para instrução pública, ainda eram impedidas de frequentar aulas noturnas, criadas por instituições filantrópicas ou pelo governo, e enfrentavam o preconceito de muitas famílias que consideravam sua instrução desnecessária (ABRANTES, 2010, p. 232).

A instrução feminina era apenas uma extensão da vida privada, onde a educação das mulheres se justificava no papel – estabelecido de acordo com os padrões vigentes – que a elas cabia: exercer sua “função social da mãe, com a missão de ser a primeira educadora dos seus filhos, responsável pela transmissão dos valores básicos daquela sociedade e formação dos futuros governantes” (SALES, 2010, p. 134), pois:

Uma sociedade bem organizada precisava organizar primeiramente o lar, seu núcleo base. Assim, a esposa - mãe teria um papel fundamental na sociedade em que estaria inserida, pois sua habilidade enquanto primeira educadora dos filhos seria cobrada socialmente, em especial no caso das mulheres de elite, pois seus filhos representavam o futuro administrativo da nação (SALES, 2010, p. 134).

Na função social de mãe “a mulher tinha como um dever patriótico a reprodução de filhos saudáveis e a formação do caráter destes, garantindo a “civilidade” e “higienização” através de bons cidadãos” (ARANHA, 2010, p. 222).

Para Alexander Miller Câmara Sousa (2010) ainda:

Vale lembrar que a mulher era considerada educadora nata por sua “natureza” terna, desse modo poderia exercer o trabalho de professor, ensinando os alunos como se fossem seus próprios filhos, sem necessariamente correr o risco de perder seu estado de pureza em função de mãe – educadora (SOUSA, 2010, p. 49).

A instrução feminina também passou a ser justificada no maior embelezamento do verdadeiro “*bello sexo*”, uma vez que a mulher para ser genuinamente bela precisaria também nutrir o seu espírito, pois, sendo educada somente para os trabalhos de agulhas e prendas domésticas, esta poderia ter problemas quanto ao comportamento em público, sem saber, por exemplo, expressar-se de maneira gramaticalmente correta, quando fosse necessário.

Segundo Abrantes (2010):

O ideal era que a beleza fosse acompanhada de pudor, talentos, de razões, de virtudes, pois a mulher bela e educada era o espetáculo mais surpreendente que se pode conceber [...] perder a mocidade, a beleza, a corte, as paixões, era uma verdadeira desgraça [...] os pais e a sociedade não deviam temer o conhecimento intelectual das filhas, pois o espírito culto prestava à virtude mais império, tornava a beleza mais amável, e só a beleza do espírito substituía a do corpo quanto esta desaparecia. Assim, cuidando da inteligência como do coração, as mulheres agradariam sempre, e o tempo seria impotente contra elas, pois mesmo velhas, seu império seria sempre o mesmo e até mais lisonjeiro e mais grato que o conquistado por atrativos efêmeros (ABRANTES, 2010, p. 241).

As mulheres que fugiam das características de fragilidade e submissão [...], eram apontadas e estudadas como “anormais” (ARANHA, 2010, p. 230).

Assim, mesmo que os discursos favoráveis à instrução feminina estivessem apenas embasados na mulher enquanto educadora do lar e ainda necessária ao embelezamento do espírito, sem pretender avanços em sua condição social, eles permitiram timidamente a expansão da escolarização e as brechas para seu potencial de emancipação. Aos poucos, a instrução feminina passa a ganhar novos arranjos e o exercício do magistério torna-se um importante espaço para inseri-las no mundo público, possibilitado pela união da profissão aos laços de maternidade, estabelecendo a partir daí, uma estreita ligação entre os âmbitos públicos e privados. A mulher professora tornava-se pública, mas esse *status* era uma continuação do seu papel enquanto mãe e rainha do lar (SALES, 2010, p. 136).

Quando instaladas as escolas normais com vagas abertas para as mulheres, estas constituíram-se importante clientela. Para muitas, a escola normal significava uma

possibilidade de trabalhar numa profissão agora aceita socialmente e conciliada aos seus afazeres domésticos; para outras, mais audaciosas, era um importante meio de melhoramento do seu nível educacional e posterior continuação dos estudos. E ainda, o magistério poderia ser um curso preparatório para um bom casamento, podendo ser para algumas mulheres um curso “espera-marido”. Aos poucos, as mulheres foram atribuindo ao magistério uma face feminina, contudo, esta face também foi composta por outros fatores (SCHAFFRATH, 2008).

Inicialmente criada para a instrução do sexo masculino, as escolas normais não atenderam os anseios tidos pelo sexo. Para os homens, os baixos valores de vencimento da profissão não lhes “enchiam os olhos.” Ainda por cima, o currículo ofertado pelo curso não os habilitava para os exames necessários ao ingresso nos cursos superiores, e isto, para aqueles que desejavam ou que deveriam por pressões familiares seguir carreira em profissões liberais não lhes era conveniente.

Aliado a esses fatores, o discurso da mulher enquanto a melhor educadora primária e o ensino das primeiras letras como uma extensão da maternidade, fez com que muitos homens, dentro de uma sociedade patriarcal, não desejassem exercer o cargo de professor, uma vez que, tornou-se comum dizer que o magistério primário era “coisa de mulher”. “Os homens que buscavam pela escola, uma vez ingressos no magistério, aspiravam a cargos de chefia e direção, diferentemente das mulheres que permaneciam nas salas de aula” (ALMEIDA, 2008, 141).

Mesmo com alguns melhoramentos dos vencimentos por parte do governo para atrair homens ao magistério, o curso normal continuou sendo frequentado majoritariamente por mulheres. Estas, por ser a única “profissão honesta” que naquele momento poderiam exercer, dedicaram-se à profissão como um verdadeiro sacerdócio, uma vez que “ser professor e professora significava ser possuidor de sólida cultura geral, ter instrumentação técnica para exercer o ofício [...] e, principalmente, dedicar-se de forma estrita e devotada à profissão” (ALMEIDA, 2008, p. 144).

O curso normal foi frequentado principalmente por mulheres das camadas médias e as de famílias pobres, na expectativa de um futuro melhor através do exercício de uma profissão. Apesar de rendimentos baixos, o curso normal já lhes proporcionava uma melhoria na qualidade de vida. Algumas acumularam o valor recebido no exercício da profissão para custearem estudos mais elevados. Ainda para Almeida (2008, p. 146):

A possibilidade de se profissionalizar pelo exercício do magistério primário foi um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viverem da caridade alheia. O casamento nem sempre se realizava de acordo com os desejos das moças e também poderia não haver noivos disponíveis dentro de suas expectativas. Frustradas as possibilidades do matrimônio, era necessário que se assegurasse um meio de sobrevivência que fosse digno e não representasse a vergonha do trabalho braçal. Pelo fato de o cuidado com as crianças não fugir da maternidade, a mulher, desta vez como professora, poderia continuar a desempenhar sua missão de acordo com o imaginário social. Assim, é possível levantar a hipótese de que, para as mulheres, o educar-se e o instruir-se significaram, mais do que nunca, uma forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar o espaço público. Foram também as possibilidades de se adequarem às normas sociais e ao mundo novo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados intelectualmente. Possuidoras de saberes domésticos, desejavam o saber público, mesmo derivado do saber masculino e referendado com seu selo oficial.

Exemplos do que fora citado acima por Almeida (2008), tivemos as professoras brasileiras Nisia Floresta e Francisca Senhorinha da Motta Diniz. A primeira tinha educação básica, porém, não era suficientemente rica, de modo que a persistência pela educação foi sua bandeira de luta. A segunda, editora do jornal carioca *O Sexo Feminino*, Senhorinha, mesmo privilegiada em sua classe social, não era afortunada o suficiente para não precisar ganhar a vida com os frutos de seu trabalho. As duas persistiram na luta para continuar estudando e mais tarde defenderam ferrenhamente a educação de mulheres para que as mesmas pudessem, se não sustentar suas famílias, ao menos sustentar-se (HAHNER, 2013).

Ao longo do tempo, o curso normal direcionou-se basicamente às mulheres mais pobres. Algumas mulheres de famílias mais abastadas se desinteressavam pelo curso, pois, tinham preferência pelo ensino secundário oferecidos em escolas particulares. Ainda assim, algumas mulheres de elite também frequentaram o curso normal e foram elas as primeiras a frequentarem a instrução feminina de nível superior. Embora fossem de famílias com o nível social mais elevado, tiveram que encarar novos desafios, pois, havia muita resistência por parte dos conservadores em admitir a intelectualização da mulher.

O temor à dedicação feminina pelos estudos científicos “fundamentava-se” nos discursos de que a mulher muito instruída perderia sua feminilidade, sua beleza, seus sentimentos e para que isso não ocorresse sua educação não deveria preocupar-se com os

estudos das ciências, das artes, muito menos das armas. Mesmo os defensores da instrução feminina, prestavam apoio à causa com algumas restrições no currículo (ABRANTES, 2010).

Segundo Villela (2007, p. 120):

O novo estatuto social feminino no magistério fez também emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres e enraizar ideologias de domesticidade e maternagem [...] Entretanto, como contrapartida feminina, essa ideologia foi utilizada como um elemento de resistência, pois, atacando tal discurso, as mulheres desimpediam o caminho para sua rápida inserção profissional.

Segundo Soheit (2013), a educação feminina, considerada essencial para a emancipação de mulheres consistiu num importante ponto de atuação das feministas na luta pelo exercício de seu trabalho e de uma remuneração igualitária, uma vez que, as mulheres enquanto professoras não tinham os mesmos meios de trabalhos que os homens, muito menos o mesmo salário.

Como mecanismo de discriminação pelo sexo feminino, “a ocupação do ensino de crianças pelas mulheres [...] instaurou alguns paradoxos históricos, sendo o principal deles a desvalorização profissional” (ALMEIDA, 2008, p. 136) enfrentada até os dias de hoje. “Ao mesmo tempo em que eram enaltecidas pela missão de combater o analfabetismo, eram desprestigiadas e desvalorizadas do ponto de vista salarial” (ABRANTES, 2010, p. 39). Além da desvalorização do professor atrelada à condição social de quem a exercia, a escola normal enquanto instrumento do Estado contava com a preciosa ajuda das mulheres para a redução do analfabetismo do país e assim mantinha sobre elas um forte poder quanto ao cumprimento do ‘seu papel’ dentro dos moldes de uma sociedade patriarcal. Sobre isso nos diz Almeida (2008, p. 146):

Essas mulheres, possivelmente, de forma direta ou não, viram uma saída para romper com os mecanismos de subordinação feminina: a representada pela educação e pelo direito de exercer uma profissão. Apesar disso, o acesso à educação que acabou por ser conquistado, embora parcialmente porque restrito a determinadas profissões, revelou-se como mais um

mecanismo de opressão. Enquanto a educação das mulheres se ampliava, o mesmo não acontecia com as normas sociais, e a hegemonia masculina conservou-se nos lares, nas escolas e na sociedade. E se apresentou um paradoxo: detentores do poder econômico e político, os homens se apropriaram do controle educacional e passaram a ditar as regras e normatizações da instrução feminina e limitar seu ingresso em determinadas profissões, edificando um discurso moralizador sobre os papéis a serem desempenhados por cada sexo. Por essa via, elaboraram leis e decretos, criaram escolas e liceus, compuseram currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e manuais escolares, habilitaram-se para a cátedra das disciplinas mais bem consideradas e segregaram as professoras a disciplinas femininas, como Economia Doméstica, Culinária, Etiqueta e similares. Disciplinada pelos homens, a educação das mulheres continuou um prolongamento da educação familiar.

A instrução feminina controlada pelas normas sociais vigentes era fruto da crescente preocupação com uma possível concorrência das mulheres com os homens, para que estas não viessem disputar ou até mesmo ocupar os cargos de hegemonia masculina. Para que isso não ocorresse era necessário o controle absoluto do currículo oferecido às mulheres. Esse medo era disfarçado pelo discurso da preocupação de “ver na mulher que estudava um aspecto ‘masculinizante’ ou de perda da ‘essência feminina’” (SALES, 2010, p. 136).

A instrução feminina ao longo do século XX estava marcada, portanto, por um paradoxo. De um lado, a mulher necessitava de instrução para ser uma boa esposa e mãe, no entanto, não poderia ser mais do que isso. Este era o principal motivo pelo qual esta devia frequentar os bancos escolares e assim sendo, a mesma não poderia almejar uma educação emancipadora que a fizesse concorrente do homem e lhe proporcionasse autonomia (SALES, 2010, p. 158).

Ao longo do século XX, as ideias propagadas pelos novos tempos republicanos modificaram o espaço educacional. Nesse período a educação abre um lugar para as massas e a prática educativa dá vida ao processo de socialização das mulheres. Por consequência, pode-se dizer que a feminização do magistério está associada a maior frequência das mulheres nas escolas normais e o conseguinte exercício da profissão, oriundos da necessidade de mestras para cuidarem das classes femininas agora possibilitadas pela abertura de um lugar na educação escolarizada para as mulheres (ALMEIDA, 2008, p. 145-146). A educação das mulheres e a feminização do magistério esteve marcada pelo caráter conservador de manutenção dos papéis sociais ali definidos, bem como pelo uso dessa estreita oportunidade

que anunciava os rumos da emancipação feminina, para a inserção destas no mercado de trabalho e a ocupação de novos espaços sociais.

No Maranhão já se podia ouvir nos discursos de formatura:

Certamente o futuro da nossa terra está confiado à mulher maranhense que, pouco a pouco, constituirá totalmente o professorado primário. E se ela já conquistou o lugar de “deusa do lar”, tornar-se-á a mensageira da aurora intelectual. Veremos, então, cristalizando-se na força soberana que se encerra nestas palavras – ensinar e educar. Oxalá não faltem muitos anos para que se lhe deva a glória de espalhar por todos os povoados do nosso Maranhão a profilaxia do analfabetismo. (*Discurso do doutor Justo Jansen, paraninfo de turma do curso Normal da Escola Normal do Maranhão, 1910*, ABRANTES, 2010).

No entanto, observamos nos discursos, mesmo nos mais inflamados, o claro objetivo de se manter a mulher dentro de um perfil que não concorresse com o do homem. E toda a educação dedicada até então ao sujeito feminino estava permeado do desejo republicano e patriarcalista de manutenção dos papéis sociais. Apesar disso, mesmo diante das impossibilidades, vimos ao longo dos anos o desmanche de muitas amarras que prendiam a educação formal e pública das mulheres. Sobre isto e em conformidade com o que aqui se falou sobre instrução feminina, Rosemberg (2013, p. 338-339) diz:

Em um breve panorama, vemos que, no Brasil, denegou-se a educação formal às mulheres em nome de sua “natureza corruptível”: o modelo de educação feminina virtuosa até o século XIX era o de Sant’Anna, avó de Cristo, que ensinava a Virgem, sua filha, com seu livro de preces. Posteriormente, sustentou-se a necessidade de se educar mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professores, porque elas, “verdadeiramente mães”, têm “vocação para o sacerdócio”, que é o magistério [...] Atualmente, reivindicam-se não apenas a escola mista, o acesso, a permanência e sucesso das mulheres no sistema educacional, mas, sobretudo, a coeducação. Isto é, uma educação escolar que não diferencie conteúdos e práticas pedagógicas para homens e mulheres conforme ideais masculinos e femininos hegemônicos, além de uma educação de qualidade sem discriminação étnico-racial, regional ou socioeconômica.

Observamos, portanto, a forte relação existente entre mulher e professora para a historiografia, em especial, quando se trata de caminhos para a emancipação feminina e o acesso à vida pública. Por tal importância, a história da educação constitui rico campo de pesquisa para se estudar e compreender a história das mulheres, pois, num espaço de cinco décadas, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina, sendo que a formação profissional possibilitada pelas escolas normais tem papel fundamental na luta das mulheres pelo acesso a um tratamento digno e remunerado. Assim, compartilhando de uma preocupação histórica que tenha familiaridade com o cotidiano das mulheres faz-se um convite para adentrar num grande movimento de produção acadêmica que ganha cada vez mais espaço, o de estudar mulheres professoras através da reconstituição de suas biografias e/ou trajetórias.

3 – MÃOS FEMININAS NA EDUCAÇÃO CODOENSE: memórias e trajetórias de nossas professoras.

“Cada mulher professora tem sua peculiaridade no fazer educacional que reflete a necessidade de um momento e do seu lugar. Nessa perspectiva se impõe uma história da educação brasileira que contemple também o regional, através das especificidades do sujeito feminino”.

(Diomar Motta)

Existem historiadores que consideram o período compreendido entre 1975 a 1985 como a Década da Mulher. Outros demarcam este período para 1970 a 1980. Pequenas discordâncias a parte, entende-se que as décadas de 70 e 80 do século XX são primordiais para a história das mulheres, uma vez que, nessa temporalidade eclode-se a produção acadêmica que trata do sujeito feminino e de suas especificidades. Para Gonçalves (2006) pode-se considerar esta a “fase mais heroica” do movimento feminista. Nas universidades, surge um grande movimento de produção acadêmica que trabalha com a reconstituição de biografias, ou pelo menos, de traços biográficos que estude e apresente a mulher enquanto sujeito da história. E para a realização destas pesquisas a história da educação torna-se um valioso campo de investigação. O motivo? O grande número de mulheres professoras e os registros e/ou legados por elas deixados.

Motta (2008) afirma que ao estudar o sujeito mulher, agora na condição de professora, pode-se observar dentro da peculiaridade de cada uma, o reflexo do tempo e/ou momento vivenciado por elas. E deste modo, pode-se compreender os sujeitos, suas realidades e até mesmo, os seus produtos.

No entanto, apesar das crescentes pesquisas sobre o sujeito feminino, principalmente, na história da educação, este ainda é um campo que merece ser explorado. Partindo desse pressuposto vem se desenvolvendo atualmente no Maranhão dois importantes grupos de pesquisa, a citar, o grupo de pesquisas *Mulheres Maranhenses na Educação*, sob a coordenação da Professora Doutora Diomar das Graças Motta, da Universidade Federal do Maranhão e o grupo *Temáticas de Gênero* da graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, sob a coordenação da professora Elisabeth Sousa Abrantes, do qual

fez parte a professora do Câmpus VII da UFMA, Tatiane da Silva Sales, primeira orientadora da presente pesquisa.

Na busca para se contar parte da história dessas mulheres todo o material encontrado é “bem vindo”, uma vez que, embora existam, são raros os materiais que podem revelar outras histórias acerca das mulheres na educação. Assim, é necessário coletar com cautela e avaliar as possibilidades de pesquisa em cada fonte; sejam diários, jornais, cartas, discursos de formaturas, fotos, diplomas, etc., encontrados em arquivos públicos ou cedidos em arquivos particulares. A escassez dessas fontes não é motivo para desespero, pois, tratando-se de histórias e memórias temos uma forte aliada: a história oral.

Sobre a relação entre história oral e história das mulheres, Silva (2008) afirma que:

Na medida em que novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados aos estudos históricos – mediante a valorização da história oral e da história do tempo presente e a utilização de arquivos particulares (cartas, diários, fotografias) – foi possível ampliar as balizas temporais das pesquisas e abarcar períodos mais próximos. Surgiram, assim, estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho [...] Estudos que, gradativamente, aqueceram o debate e deram musculatura à historiografia das mulheres (SILVA, 2008, p. 228).

Através desta metodologia é possível suprir o registro social da vida de muitas mulheres professoras. As lembranças, sejam elas próprias do sujeito pesquisado, sejam de quem tenha convivido com elas, nos oferecem ricas possibilidades de produção acadêmica. Pela importância adquirida, a história oral não pode ser encarada como uma opção neutra diante das incertezas de documentos ditos oficiais, mas, como uma forte aliada para uma aproximação do pesquisador com a realidade do pesquisado através dos momentos de diálogos e realização de entrevistas.

Assim, a presente pesquisa uma vez movida pela inquietação sobre o silêncio em torno da história local, partilha e utiliza do método da história oral para investigar e reescrever a trajetória de mulheres professores codoenses, interpretando suas histórias e colaborando

para que estas tornem-se ainda mais parte de nossas memórias como sujeitos que souberam conquistar seu espaço e contribuíram com suas táticas e saberes (MOTTA, 2008).

A trajetória traçada a procura de sujeitos para esta pesquisa revelou nomes destacados na história da educação codoense; nomes estes indicados por colegas professores ou apresentados no livro “*Codoenses & Não Codoenses*¹”, ainda não publicado, do professor Carlos Gomes da Silva. Eis algumas importantíssimas mulheres – considerando o pioneirismo – da história de Codó que se destacaram na arte de ensinar: Filomena Catarina Moreira, Mariquinha Alvim d’Aguiar Silva, Maria José Siqueira. As irmãs Maria Alice Machado e Nair Machado. Maria Elisa Machado Veras, Neyde Magalhães, Carmem Palácio Lago, Clinaura Freitas, Luiza D’lly Alencar de Oliveira, Eva Gomes, Almerinda Bayma, Maria Evarista de Sousa Barros, Maria de Jesus Silveira Siqueira, Maria Judith Dias Salazar e Maria Conceição Damasceno Veras. Devido à temporalidade estabelecida para pesquisar e a disponibilidade de mais informações, elencamos para este trabalho, duas professoras deste seletto grupo para aprofundar nosso conhecimento, traçar trajetórias e interpretar memórias de suas vidas enquanto mulheres professoras. São elas: Carmem Palácio Lago e Luiza D’lly Alencar de Oliveira.

A escolha destas duas educadoras para o presente trabalho deu-se em decorrência de alguns critérios: as fontes encontradas de acordo com a temporalidade definida para a pesquisa; a importância (re)conhecida por muitas pessoas atuantes na educação, aposentadas ou em exercício; e principalmente, em virtude de suas trajetórias e do legado deixado por cada uma delas na história da educação codoense.

Contudo, aqui também se conta parte da história de Filomena Catarina Moreira, como um bônus dos resultados desta pesquisa. Filomena é a única professora que não se encaixa dentro da temporalidade definida, mas sua presença neste trabalho justifica-se nos demais critérios. Por ser a primeira codoense a se formar em professora normalista considera-se demasiadamente importante que suas memórias estejam presentes neste trabalho e que seu nome possa ser de alguma forma (re)conhecido e lembrado na memória e história da educação codoense.

¹ O professor Carlos Gomes da Silva escreveu os livros “Codoenses e Não-Codoenses” e “Escritos Avulsos”. Ambos são constituídos de biografias sobre pessoas que viveram ou atuaram na cidade de Codó, sejam elas destacadas ou anônimas. No entanto, ainda não conseguiu realizar a publicação destes. Os conteúdos dos livros podem ser acessados no Blog do Acélio, na internet, em “Páginas De Codó” através do link: <http://www.blogdoacelio.com.br/01/?s=P%C3%81GINAS+DE+COD%C3%93&x=0&y=0>.

A busca por nomes que fizeram parte da educação codoense foi longa. Muitos foram os desencontros, a falta de aceitação e a timidez para gravar entrevistas que finalizavam a resposta com um não. Porém, houveram aqueles que cheios de histórias para contar de suas tantas lembranças, acolheram prontamente o objetivo desta pesquisa e assim ajudaram significativamente a construí-la.

Ainda no ano de 2013, quando iniciada, sob a orientação da Professora Mestre Tatiane da Silva Sales, nasceu o seu primeiro esboço que gerou o artigo “Análise de 1940 a 1970: Espaços e Desafios das Mulheres Construtoras da Educação no Município de Codó-MA”², apresentado no VI Encontro Maranhense de História da Educação (EMHE), realizado na cidade de São Luís pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL) no Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, e posteriormente, publicado nos anais do evento, na Revista *história e- história* da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em Agosto de 2013 e no *site* Só Pedagogia em Abril de 2014, de modo que, a aceitação deste primeiro esboço contribuiu fortemente para a continuação e anseio por mais pesquisas sobre a história da educação codoense.

O contato com as pessoas entrevistadas deu-se inicialmente com visitas nos ambientes de trabalho e/ou residências, para explicação sobre o objetivo da pesquisa, seguidos do convite para as entrevistas que eram agendadas ainda no primeiro encontro. O segundo encontro, consistiu na realização das entrevistas semiestruturadas que indagavam sobre a vida acadêmica e profissional e finalizadas com as assinaturas dos termos de autorização de uso de imagem e quaisquer documentos cedidos pelos entrevistados.

Neste trabalho, portanto, encontram-se as memórias de João Batista Machado e os escritos de Maria de Lourdes Siqueira sobre a professora Filomena Catarina Moreira, as de Marluzi Serra Moreira e os registros do professor Wolney Costa sobre a professora Carmem Palácio Lago, as memórias de Luiza D’lly Alencar de Oliveira sobre si mesma, além das contribuições igualmente importantes das escritas do professor Carlos Gomes da Silva.

² Cf. O artigo “Análise de 1940 a 1970: Espaços e Desafios das Mulheres Construtoras da Educação no Município de Codó-MA”, pode ser encontrado através do link: <http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=514>.

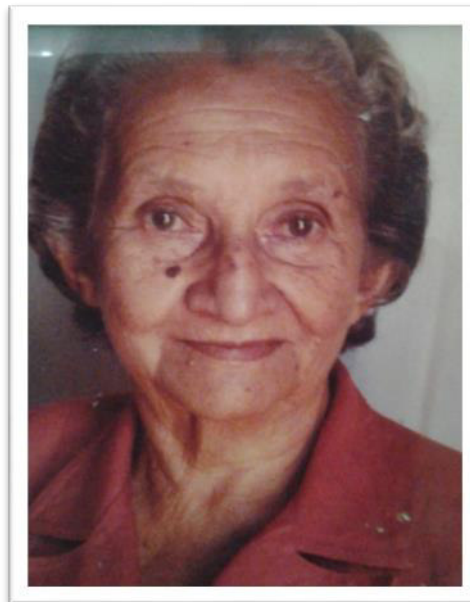
3.1 - Carmem Palácio Lago

“No seu aniversário de 80 anos, o cerimonialista dirigiu-se aos convidados: ‘Quem foi aluno de Dona Carmita, por favor, levante!’ E levantou quase todo aquele povo que estava presente”.

(Marluzi Serra Moreira)

FIGURA 1- Foto

Figura 1: Carmem Palácio Lago



FONTE: Arquivos Pessoais (MOREIRA, 2014).

Este capítulo interpreta a trajetória da professora Carmem Palácio Lago. Mulher dona de olhar compreensivo e mãos generosas, impressão que veio a ser construída por esta pesquisadora, a partir dos depoimentos coletados. “Tão importante que todo mundo sabe o nome dela completo”³, diz Luiza D’lly, uma de suas ex-alunas. Ainda que ‘todo mundo’ soubesse seu nome completo, Carmem era mesmo carinhosamente chamada de Carmita ou Carmitinha. Sua pequena estatura e seu jeito compreensivo podem ter-lhe prestado esses apelidos bem como o legado deixado por tão conhecida educadora.

³ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista citada.

Ao longo das pesquisas realizadas seu nome sempre fora citado como uma das principais e mais queridas professoras de Codó, principalmente, por possibilitar a chegada das séries ginasiais à cidade e a continuação dos estudos para muitos com a criação do Ginásio Codoense, em 1952, e da Fundação da Escola Normal Ginásial de Codó, em 1965, feitos e demarcações temporais que a tornaram mais próxima de nós neste trabalho monográfico. Estaremos, portanto, agora diante de uma respeitada professora codoense conhecida por ser alguém que marcou a história da educação deste município através de sua personalidade, determinação e o exemplo deixado para aqueles que puderam usufruir de sua sabedoria singular.

De acordo com os escritos do professor Carlos Gomes da Silva⁴, Carmem nasceu no seio de uma família humilde, no povoado Bonfim, zona rural do município de Codó no dia 17 de outubro de 1912, sendo a primeira filha do segundo matrimônio do senhor José Raimundo Lago (prefeito de Codó no período de 1950 a 1952) com a senhora Hermínia Palácio Lago.

Antes da marca temporal de 1953 façamos um recuo a anos anteriores da vida de Carmem. Ainda, de acordo com Carlos Gomes da Silva⁵, sua história acadêmica inicia-se aos sete anos de idade quando é matriculada na antiga Escola Estadual Singular, atualmente Unidade Escolar Colares Moreira. Teve Filomena Catarina Moreira como sua professora, pessoa de quem extraiu uma grande inspiração para exercer a profissão que mais tarde assumiria.

Ao concluir os estudos das séries primárias, teve de parar os estudos por algum tempo por não existir curso ginásial em Codó, um grande problema que acarretava as cidades do interior naquela época e também um dos motivos que lhe inspiraram determinação para ser uma das fundadoras do Ginásio Codoense, onde foi por muito tempo professora e secretária. Anos após a conclusão do curso primário e a impossibilidade de fazer o ginásio naquele momento fizeram com que Carmem se tornasse uma das mais destacadas professoras leigas da cidade de Codó. Mulher de inteligência reconhecida começara lecionar bem cedo, sem uma

⁴ Informações obtidas no livro “Escritos Avulsos”. Também disponível em “Páginas de Codó III – Professora Carmem Palácio Lago (Carmita)” do professor Carlos Gomes da Silva. Cf. <http://www.blogdoacelio.com.br/01/?s=P%C3%81GINAS+DE+COD%C3%93+Carmem&x=0&y=0>

⁵ Idem.

formação pedagógica específica, na Escola Gomes de Sousa e algumas crianças em sua própria casa.⁶

Somente em 1935, já com vinte e três anos de idade, Carmem encontrou meios de continuar os estudos e foi para São Luís. Conseguiu aprovação no exame de admissão ginasial e em dois anos apenas cumpriu toda a carga horária correspondente ao antigo ginásio. O anseio por uma profissão e o sentimento de vocação para a sala de aula faz com que Carmem inicie o curso normal, se forme em professora normalista em 1941 e retorne a cidade de Codó em 1945, passando a lecionar em várias escolas da sede e também no Povoado Cocos, zona rural do município e após, na Escola Luís Rego, que em Abril de 1947 passou a denominar-se Grupo Escolar João Ribeiro. Antes de retornar a Codó, Carmem Lago trabalhou na cidade de Pedreiras durante o ano de 1943.⁷

Em sua casa situada a Avenida Duque de Caxias, acolheu por bastante tempo muitas crianças, principalmente vindas do interior e em boa parte meninas, que sendo acolhidas como filhas, só deixavam a casa de Carmita uma vez que adquirissem uma profissão ou arranjassem um bom casamento. Marluzi Serra Moreira, uma das mais queridas “filhas” de Carmita e com quem ela dividiu boa parte de sua vida e profissão é quem nos conta algumas preciosas informações sobre aquela que considerava como mãe.

[...] Eu considerava ela uma árvore muito frondosa. Acolheu muita gente. Era educadora e não só professora. Vivia com um salário, como sempre, pequeno, mas foi aquela pessoa que recebia crianças do interior. Lá não era, nunca foi um pensionato. Mas às vezes um amigo, compadre, queria botar o filho para estudar aqui e jogava lá nas costas dela [...] Ensinou muita gente. A casa era lotada. À tarde iam todos para o João Ribeiro... Ali enchia de alunos, quem tinha consciência pagava. [...] Ela aconselhava todo mundo, principalmente, as mulheres pobres e dizia: ‘olha nós que somos pobres devemos fazer primeiro o curso normal. Quando você trabalhar, se você tiver uma profissão ou casar, aí você pode sair daqui (Informação Verbal)⁸.

⁶ MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Outubro. 2014.

⁷ Informações obtidas no livro “Escritos Avulsos”. Também disponível em “Páginas de Codó III – Professora Carmem Palácio Lago (Carmita)” do professor Carlos Gomes da Silva. Cf. <http://www.blogdoacelio.com.br/01/?s=P%C3%81GINAS+DE+COD%C3%93+Carmem&x=0&y=0>

⁸ MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Outubro. 2014.

Carmem era uma excelente professora, porém, muitos de seus alunos ao concluírem o primário não podiam avançar para as demais séries, pelo mesmo motivo que fizera Carmem interromper seus estudos por algum tempo, as dificuldades de acesso à escola secundária. Este fato muito lhe incomodava. Acreditou ela que estava mais do que na hora de Codó receber uma escola de curso ginasial para que as crianças e jovens codoenses pudessem, ao menos, concluir o 1º grau em sua terra natal.⁹

Sendo Carmem filha do prefeito municipal e, portanto, uma pessoa conhecida na cidade foi mais fácil encontrar um grupo de pessoas que compartilhavam desse objetivo comum. E esse grupo era felizmente bem numeroso e não existia somente em Codó, mas sim em todo o território brasileiro, que vivenciava fortes movimentos de busca por melhorias na educação. Esses movimentos que discursavam sobre a educação como possibilidade de mudança e de resolução de problemas nacionais para a construção de uma sociedade mais democrática, ganha força na década de 1950.

Nesse período, um forte movimento nacional conhecido como Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) alcançava importante expansão através da criação de escolas por todo o país, principalmente, as ginasiais. Essa campanha teve presença significativa na educação brasileira atuando desde a educação infantil até o ensino superior, em todos os estados utilizando-se do incentivo de verbas públicas (ASSIS, 2005).

De acordo com Assis (2005, p. 41) a CNEG:

[...] surgiu em decorrência da ação empreendida por cinco ginasianos, vindos de diferentes localidades do Nordeste, que sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, cientes da injusta desigualdade de acesso à escola secundária e vivenciando um clima de contestação do regime autoritário brasileiro, lançaram-se à firme tarefa de construir um ginásio para aqueles que não tinham e não podiam arcar com o ônus das mensalidades escolares. Iniciaram uma campanha para a criação de educandários gratuitos que deveriam ser espalhadas por todo o país.

⁹ SILVA, Carlos Gomes da. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

A grande expansão da Campanha se deu durante os governos populistas, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek através do seu discurso desenvolvimentista que pregava a participação da população no cumprimento de metas relativas à melhoria do nível de vida das pessoas. Nesse período também há uma preocupação com a formação da mão de obra e assim, a oferta de cursos técnicos passam a constituir importantes ferramentas oferecidas nas escolas da CNEG, cursados no Ensino Médio (ASSIS, 2005).

Em Codó, Carmem Palácio Lago torna-se adepta e membro da CNEG e junto de outras pessoas da sociedade local engaja-se na luta pelo educandário gratuito. É importante ressaltar que algumas informações locais encontradas no decorrer desta pesquisa nos apontam Carmem Palácio Lago como fundadora do Ginásio Codoense e o ano de fundação da escola como 1952. Destas informações pode-se confirmar que a primeira é verdadeira, mas Carmita não é a única fundadora. Ao realizar pesquisas na Biblioteca Pública do Estado (Biblioteca Benedito Leite) descobrimos através do acervo de jornais antigos, o jornal estudantil “O Movimento – Órgão Oficial do Ginásio Codoense” Ano I, Nº I, divulgado em Setembro de 1954, que confirma que o Ginásio Codoense é oriundo da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Em Codó a CNEG fora fundada por um grupo composto de 25 pessoas, das quais Carmem está inserida. Sobre a segunda informação, o processo necessário à fundação com a criação do comitê local inicia-se no dia 19 de Outubro de 1952, a escola é fundada e tem suas primeiras turmas no ano de 1953 e a primeira edição do jornal escolar é de 1954.

O primeiro passo em direção a fundação da escola ginásial era a criação de um comitê ou diretório local que representasse a Campanha Nacional de Educandário Gratuito. Este comitê funcionava como uma espécie de liderança local, onde os integrantes estariam responsáveis pela mobilização da sociedade e por todos os procedimentos necessários a fundação do Ginásio. Esta informação pode ser confirmada pelo escritor João Batista Machado, em seu livro “Codó, histórias do fundo do Baú” através da Ata de Organização e Instalação da campanha, registrada na página 166. Assim, formou-se este diretório, composto de codoenses e não - codoenses organizados em uma comissão diretora, uma comissão executiva e uma comissão fiscal que contaram com o apoio de seis patronos (MACHADO, 1999).

Os patronos do diretório eram os políticos Sebastião Archer da Silva, ex – governador do Estado; Antônio Alexandre Bayma, senador; Clodomir Millet, deputado

federal; Valdemar Pinto da Veiga, prefeito municipal e Inocêncio Simões, vereador. A Comissão Diretora era formada por Fernando Barbosa de Carvalho, presidente e professor; Raimundo Rolland, 1º vice-presidente e contabilista; José Anselmo dos Reis Freitas, 2º vice-presidente e médico; José de Ribamar Oliveira, Secretário Geral e advogado; Wagner Sousa Guimarães, 1º secretário e bancário; José Merval Xavier Cruz, 2º secretário e comerciário; Euclides Silva, 1º tesoureiro e professor; Alberto Araújo, 2º tesoureiro e comerciante; Antônio José Murad, responsável pelo setor de publicidade e comerciante. A Comissão Executiva era formada por Armando Teixeira Nunes, presidente e promotor público; Carmem Palácio Lago, secretária e professora; Ana Siqueira Almeida, tesoureira e industriária. Já a Comissão Fiscal era formada por Antônio Edson, presidente e comerciante, e pelos demais membros que eram as professoras Maria Gertrudes Bayma Archer da Silva, Maria Alice Machado e Neyde Magalhães Araújo (JORNAL O MOVIMENTO, 1954).

Mas o Ginásio Codoense também contou com a significativa ajuda do padre Hélio Maranhão, vigário cooperador da cidade, professor do Grupo Escolar Colares Moreira e um dos diretores do Ginásio; e do professor Orlando Araújo, o primeiro diretor da escola, além da contribuição de uma comunidade local composta por pais de alunos e professores primários que apoiavam a ideia do funcionamento das turmas ginasiais. Algumas informações dizem que o padre Hélio Maranhão teria conseguido o terreno situado a Rua César Brandão, onde foi construída a escola com 16 salas de aula. Uma década depois, a prefeitura municipal doa o terreno à escola, informação dada pela Lei Municipal Nº 241, de 24 de Julho de 1964, sancionada pelo então prefeito Moisés Alves dos Reis, que diz em seu artigo 1º:

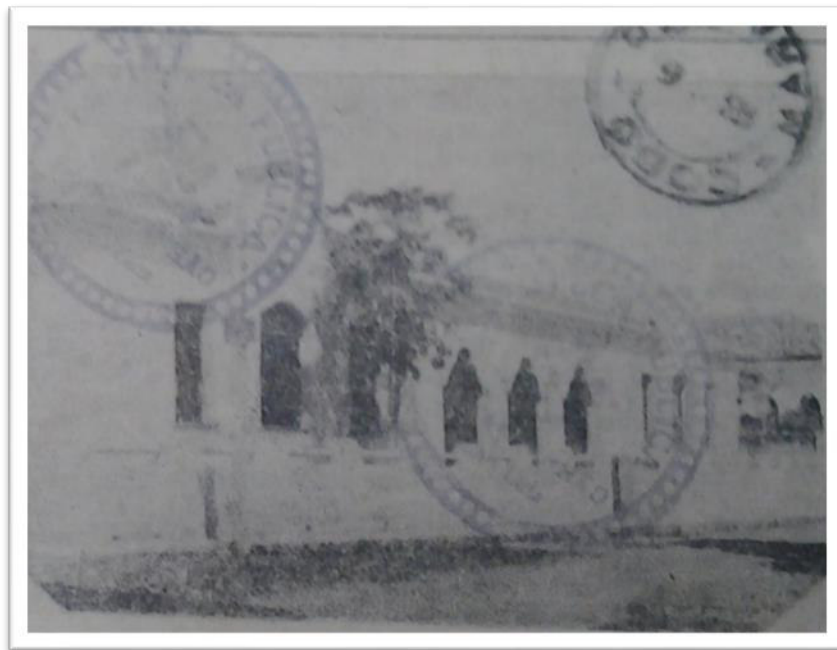
Fica doado à Campanha Nacional de Educandário Gratuito, o terreno onde se acha edificado o prédio de propriedade do referido estabelecimento de ensino à Rua César Brandão, cujo o terreno é de propriedade da Prefeitura Municipal de Codó e possui de frente 120 metros por 100 de fundos (LEI MUNICIPAL Nº 241).

Ao longo dos anos, o Ginásio Codoense adotara diversas nomenclaturas, fato que deixa muitas pessoas confusas quanto ao verdadeiro nome da escola. Inicialmente é chamado de Campanha Nacional de Educandário Gratuito, no período de implantação. Após, passa a ser conhecido como Centro Estudantal Codoense a partir do funcionamento das primeiras

turmas ginasiais. O fato de ofertar as séries ginasiais lhe confere o nome de Ginásio Codoense, o mais conhecido entre a população. Quando começa a ofertar o Ensino Médio a escola passa a ser chamada de Centro Educacional Cenequista Codoense, tendo como foco os cursos técnicos de Contabilidade e Normal. Para diferenciar os alunos normalistas, a escola adquire ainda outra nomenclatura, Escola Normal Colegial Codoense. Assim, além do avanço conquistado com as séries ginasiais, o Colégio Codoense é o primeiro a oferecer o curso normal de formação de professores na cidade, trazendo outra grande conquista para a população codoense.¹⁰

FIGURA 2- Foto

Figura 2: Primeira fachada do Ginásio Codoense



FONTE: Jornal O Movimento, Setembro de 1954.

Assim como o título do jornal estudantil criado pela escola, concorda-se com o fato de que a fundação do Ginásio Codoense causou um verdadeiro ‘Movimento’ na cidade, possibilitando mesmo uma mudança, uma evolução na educação codoense. Hoje fechada,

¹⁰ SILVA, Carlos Gomes da. Entrevista citada.

alguns professores e ex-alunos recordam dentro do Colégio Ananias Murad, a antiga estrutura do Ginásio e todas as boas histórias que ali viveram.

A professora Carmem Palácio Lago fez parte desta evolução, contribuindo até a década de 1970, com os seus serviços de secretária e professora da disciplina História; licenciada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1966 (COSTA, 2003).

Outra escola codoense teve uma participação significativa do empenho da professora Carmita e tornou-se sua grande paixão. Esta escola foi criada no ano de 1965, pelo então governador do estado Newton Belo e depois tornou-se propriedade de Carmem. Na ocasião ele convidou Carmem para ser a diretora da Escola Normal Ginásial de Codó onde a mesma permaneceu sendo professora de História e diretora enquanto teve disposição e saúde para tamanho trabalho.¹¹

A Escola Normal Ginásial de Codó oferecia também as séries ginásiais e dividia a demanda de alunos com o Ginásio Codoense. A princípio ofereceu também o curso normal para professores rurais, mas infelizmente não se colheu bons resultados e a escola seguiu apenas com a oferta de 5ª a 8ª séries. No ano de 1984, a Carmita decide realizar um antigo desejo e muda o nome da escola para Colégio Imaculada Conceição de Maria, que continuou sendo conhecida por Normal. Esta mudança se deve ao fato de que Carmita, sendo uma católica fervorosa, era devota da Virgem Maria e a tinha como sua madrinha. Segundo Marluzi “o sonho dela era colocar o nome Escola Conceição de Maria [...] ela só se sentiu bem realizada quando a escola pegou o nome da madrinha dela”. Ainda sobre a escola nos conta Marluzi:

Foi uma escola modesta, uma escola que tinha muito a oferecer. Ela não tinha muito [...] aparência de riqueza [...] mas tinha o conteúdo. Teve bons professores, muita gente formada, que saiu do ginásio na escola normal. Naquela época era muito procurada. A escola nunca disputou com as outras, todo mundo respeitava. [...] funcionou até depois que a dona Carmita faleceu. A gente mesmo assumiu, mas aí foi entrando o computador, chegou na época do computador, nós não tínhamos prédio próprio. Ainda compramos um terreno, fizemos o alicerce. A fábrica nos ajudou muito, a Itapecuru, dava bolsas. ‘Aí’ foi o tempo que a fábrica também teve algumas mudanças ‘aí’ saiu cortando em algumas escolas as bolsas e ‘a gente’ não teve mais condição de continuar, porque ‘a gente’ não tinha como oferecer

¹¹ MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista citada.

computador e todo mundo queria o melhor para o seu filho, uma escola que oferecesse tudo [...] Ela tomou conta desse prédio todinho [...] Ela ainda passou alguns anos com vida e a escola funcionando. ‘Aí’ a irmã não quis assumir, eu também não, porque era muita coisa, muita responsabilidade para mim, tinha que ser uma pessoa da família (Informação Verbal).¹²

Em 2003, o Colégio Imaculada Conceição de Maria fechou as portas, mas segundo Costa (2003) “A Escola Normal foi o celeiro da educação codoense por vários anos e teve em Carmita Lago seu mais notável sustentáculo”.

Sobre a professora Carmem, Costa (2003, p. 30) também nos diz:

A professora Carmita era prudente, compreensiva, responsável e dedicada às suas tarefas de educadora. Cumpria rigorosamente os seus horários e para isso possuía uma pontualidade britânica. Em sala de aula ou dirigindo a escola, procurava corresponder às expectativas das pessoas que a cercavam e que viam nela um modelo de profissional a ser seguido. Era hábil oradora e possuía conhecimentos profundos sobre História, o que lhe permitia discorrer durante toda a aula sem necessitar consultar os livros. Jamais deixava um aluno sem resposta, tendo sempre uma explicação para o que lhe era perguntado. Isso despertava nos seus discípulos uma grande admiração. Ao entrar na sala de aula, fazia a chamada e registrava no diário os assuntos que iria ministrar, era uma prática cotidiana, pois, não gostava de acumular trabalho. Tratava seus alunos com consideração e respeito, era carinhosa, compreensiva, mas enérgica quando tinha de chamar a atenção de alguém por indisciplina ou negligência no cumprimento dos seus deveres.

Conhecida por seu trabalho em prol da educação do município, Carmem tornou-se uma pessoa influente na cidade e ainda sendo filha de ex-prefeito despertou a atenção de políticos locais para o seu ingresso na vida político-partidária. Atuou como vereadora na legislatura 1965 a 1970. Segundo o professor Carlos Gomes, representou com muita dignidade e altruísmo a mulher codoense na Câmara Municipal. Ainda, como política, foi candidata à vice-prefeita em 1982 na chapa encabeçada por José Inácio Guimarães Rodrigues, defendendo a sigla partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Apesar da atuação de Carmita na política partidária, Marluzi Moreira nos revela:

¹² MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Outubro. 2014.

Ela não era política. A questão é que ela era uma pessoa que nunca dizia não para os outros. ‘Aí’ chamaram, convidaram. Ela era uma pessoa muito influente na cidade. Ela aceitou, mas nunca recebeu nada. [...] Agora ela só foi para satisfazer outras pessoas, mas ela não tinha aquela garra, aquela ganância para ser vereadora. [Em silêncio e recordando-se] Mas, ela foi perseguida! Na última hora ‘uma criatura’ andava dizendo: “Olha! A professora Carmita desistiu. Ela não vai mais ser candidata”. [...] Uma pessoa disse: “sendo ou não sendo, eu voto é nela!”. No dia da eleição ele saiu dizendo isso. Mas ela também teve esses pedacinhos, perseguições, por ‘debaixo dos panos’, porque todo mundo a respeitava. Foi uma pessoa muito querida em Codó (Informação Verbal).¹³

Enquanto mulher professora Carmem Palácio Lago deixou um legado para muitos codoenses. Confrontou a sociedade da época por não ter se casado e dedicou a sua vida a profissão escolhida. Pôs-se a cuidar de seus alunos e dedicar-se a devoção a Virgem Maria. Carmem não era contra o casamento, mas acreditava ter outras prioridades. Embora jamais tenha tido filhos legítimos, ela foi mãe de muitos abrigando debaixo do seu teto muitas crianças que só saíram de sua responsabilidade depois de adultos. Marluzi Serra Moreira, conta:

Eu conheci dona Carmita a partir de 53. Minha mãe morreu e eu vim pra cá. Eu fui estudar, fiz amizade com ela. [...] Fui aluna, ela me tinha como filha, ela me dizia que eu era a filha que ela não teve, ela me ajudou muito mesmo. Era um relacionamento muito forte. Foi uma das pessoas, que passou pela minha vida ou eu passei pela vida dela, sei lá, que deixou uma tremenda falta, uma lacuna para mim. Ela era conselheira, ela usava um tom de voz bem suave. Se ela visse ‘a gente errada’, ela chamava ‘a gente’ e mostrava como era (Informação Verbal).¹⁴

Ainda sobre o lado materno de Carmem, Costa (2003, p. 28) nos diz:

¹³ MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Outubro. 2014.

¹⁴ Idem.

Carmita fez de sua casa um abrigo para aqueles que não tinham um teto. [...] Não casou, não teve filhos, mas foi mãe de muitas crianças, desde alunos até aqueles por quem se responsabilizou para criar e cuidar. [...] Àqueles que abrigava como filhos, dava amor, carinho formando-os em todos os sentidos. Exigia-lhes o estudo, as boas maneiras, o fervor religioso e o senso da moral e dos bons costumes. Com essas pessoas gastava boa parte do seu salário, mas a vida soube lhe recompensar por tanta generosidade, pois viveu e morreu cercada pelo afeto daqueles com quem conviveu.

A professora Carmem pôde sentir o afeto daqueles que passaram por suas mãos ou que com ela dividiram o peso da profissão em sua festa de 80 anos, organizada por amigos e ex-alunos. Sobre a festa Costa (2003) nos fala:

A festa foi uma surpresa para ela, mas uma surpresa anunciada em face ao burburinho que se formou nas semanas que precederam o acontecimento. Parentes, amigos e ex-alunos se mobilizaram para dar a velha mestra aquela que seria a última grande alegria de sua vida. Como não poderia deixar de ser, as comemorações tiveram início com uma missa solene na Igreja São Sebastião. [...] Após a cerimônia religiosa, ela recebeu seus convidados no Clube Guarapary, onde muitas surpresas a aguardavam. Não surpresas de ordem material, mas de valor afetivo. Sentir-se cercada pelo carinho de centenas de pessoas, foi, sem dúvida, o melhor presente que ela recebeu (COSTA, 2003, p. 31- 32).

Marluzi Moreira também nos conta que a festa de 80 anos foi um grande momento vivido por dona Carmita. Momentos de grandes emoções, pois, ela pode sentir o carinho da população codoense e saber o quanto sua profissão valera a pena, principalmente quando, “o cerimonialista dirigiu-se aos convidados: ‘Quem foi aluno de Dona Carmita, por favor, levante!’ E levantou quase todo aquele povo que estava presente”¹⁵.

¹⁵ MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista citada.

A professora Carmita, mesmo aposentada, continuou falando sempre em educação, sua filosofia de vida até o seu falecimento em 1998. Sobre seus últimos dias Maria Raimunda Lago¹⁶, irmã de Carmem, conta em entrevista realizada por Costa (2003):

Dia 15 de Novembro de 1995 ela se sentiu mal, chamamos imediatamente o médico, o qual a examinou e a encaminhou para São Luís, onde ficou internada por alguns dias [...] Em 1996 teve uma doença chamada Cobreiro, sofreu muito e quando já estava melhorando caiu e quebrou o fêmur. Daí por diante só piorou [...] Na tarde de 18 de Setembro de 1998, estava conversando com Dona Maria Isabel, sofreu uma parada cardíaca e faleceu. Seu corpo foi velado na Igreja de São Sebastião e sepultado no cemitério central no túmulo da família (COSTA, 2003, p. 25).

A professora Carmem Palácio Lago faleceu aos 86 anos de idade, mas sua lembrança permanece com aqueles que a conheceram. Hoje “as filhas” de Carmem são quem nos contam sua história. Elas, professoras normalistas, seguiram o exemplo da “mãe” e recordam a memória daquela que lhes incentivou na busca por um futuro melhor através da aquisição de uma profissão.

Em reconhecimento à sua vida e trajetória em prol da educação codoense, Carmem Palácio Lago recebeu até o momento quatro homenagens públicas, sendo as duas primeiras presenciadas por Carmém e as duas últimas de homenagem póstumas, que são: uma Comenda do Mérito Codoense, outorgada através da Lei nº 410 de 24 de Setembro de 1971 na Câmara Municipal de Codó; uma escola que leva o seu nome, criada e inaugurada na administração do Prefeito Antônio Joaquim (1984-1988); o seu nome no Farol da Educação de Codó, inaugurado em 2006, pelo então governador do estado José Reinaldo Tavares e pelo prefeito Benedito Francisco da Silveira Figueiredo (COSTA, 2013, p.135) e ainda, a criação do Prêmio Incentivo à Educação Carmém Palácio Lago (SOARES, 2013), que teve sua primeira edição no ano de 2009, premiando inicialmente nossa entrevistada Marluzi Serra Moreira, que seguindo o exemplo de Carmem, é uma professora destaque no município de Codó e uma das principais guardiãs de memórias sobre Carmem Palácio Lago.

Para o professor Wolney Costa (2003, p. 26):

¹⁶ LAGO, Maria Raimunda. Entrevista citada.

A imagem de Carmita Lago, pequena e ágil, cruzando o largo da fábrica em direção à sua amada “Escola Normal”, certamente, tornou-se inesquecível para aqueles que presenciaram esta cena durante vários anos. [...] Carmita destacou-se numa profissão árdua e de pouco retorno financeiro, pelo desvelo com que desempenhou o seu papel de professora. Ela viveu o magistério como sacerdócio e tornou-se um ícone da educação codoense, amada e respeitada por todos que tiveram o privilégio de conhecê-la dentro e fora da sala de aula [...] Edificou seu nome com honra e dignidade no exercício de sua profissão, pois, exerceu o magistério por vocação e não por conveniência. Deixou atrás de si um legado que não se extinguirá da memória daqueles que tiveram o privilégio de serem seus alunos.

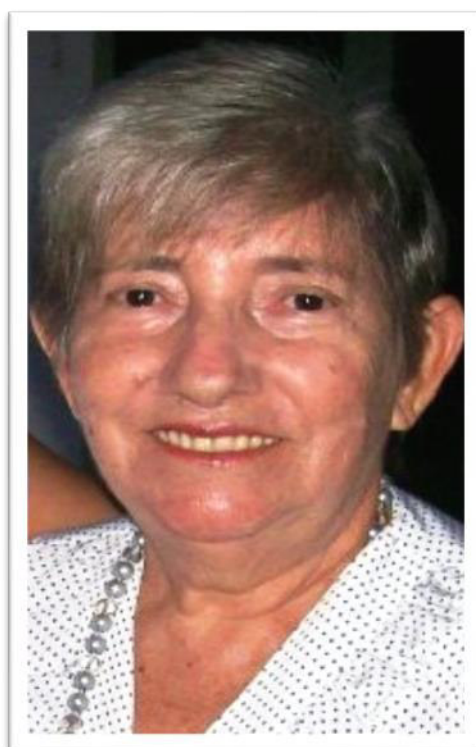
3.2- Luiza D’lly Alencar de Oliveira

“Sou grata à memória. Eu sinto saudade!”

(Luiza D’lly)

FIGURA 3: Foto

Figura 3: Luiza D’lly Alencar de Oliveira



FONTE: SOARES, 2013.

Conhecida não somente por ser uma simpática senhora de cabelos curtos, voz doce e que a todos atende com tamanha simplicidade, Luiza D’lly Alencar de Oliveira é também responsável pela criação de dois importantes símbolos municipais. Codoense, não porque aqui nascera, mas porque desde cedo amou esta terra como sua, dona Luizinha, criou a partir desse sentimento dois importantes símbolos para o povo codoense: a Bandeira e o Hino codoenses. Credita-se, ainda, a essa professora a tarefa de ter educado muitos filhos da terra, além de ser membro fundadora do Instituto Histórico Geográfico do Codó, considerada uma grande conquista obtida pelos codoenses no dia 16 de Maio de 2014.

Luiza D'Ily Alencar nasceu no dia 09 de Janeiro de 1940 na cidade de Água Branca no Piauí. Esse ano foi posteriormente alterado para 1939, dada à necessidade de realização do exame de admissão do curso ginásial. É filha de Luiz Carvalho de Alencar e Adália Anália Alencar, também piauienses.

A história de Luiza com esta cidade começa a partir do ano de 1948, quando sua família decide sair da cidade de Água Branca para vir morar em Codó. Aqui, Luiza chegou muito cedo, aos oito anos de idade, junto dos pais e seus irmãos Leomagon¹⁷ e Marieta, esta última, irmã adotiva. No ano de 1953 os pais de Luiza aumentam a família adotando uma criança codoense de nome Marcos. Chegando ainda criança em Codó, Luiza vive uma fase que lhe permitiu nutrir um grande sentimento pela cidade, onde reside até hoje com uma grande esperança de viver mais de cem anos, visto que, seu pai vivera os seus bem mais de cem, bastante saudável.

Dedicada aos estudos, Luiza D'Ily tem sua vida acadêmica marcada pelas instituições de Ensino Grupo Escolar Colares Moreira, onde completou de 1949 a 1952 o primário iniciado ainda no Piauí; Ginásio Codoense, para onde prestou exame de admissão ginásial e estudou de 1953 a 1956 concluindo, portanto, o 1º grau (hoje, Ensino Fundamental); a Escola Técnica de Comércio do Maranhão, na capital São Luís onde cursou de 1959 a 1961 o segundo grau junto ao Curso Técnico de Contabilidade. Retornando a Codó, ingressou na Escola Normal Colegial Codoense nos anos de 1968 a 1970, a qual lhe conferiu o diploma de professora normalista e onde também cursou o quarto ano adicional na área de Estudos Sociais em 1970. Na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em 1982 ingressou na graduação em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar. Em 1995 concluiu na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.¹⁸

Sobre sua jornada acadêmica ainda no primeiro grau, Luiza nos revela o quão carente era a educação codoense num período de poucas ofertas e muitos professores importados.

¹⁷ Leomagon Alencar, irmão de Luiza D'Ily, faleceu em 22 de Novembro de 2014, durante o andamento da presente pesquisa, na cidade de São Luís, Maranhão, onde residia. Na ocasião, o prefeito municipal de Codó – Maranhão, José Rolim Filho, em homenagem ao político, decretou luto oficial de três dias.

¹⁸ Informações obtidas através do acervo de documentos pessoais fornecidos por Luiza D'Ily para a presente pesquisa.

O meu primário eu fiz aqui em Codó, no Colares Moreira. A professora do 2º ano foi a professora Geny Murad. No 3º ano foi a professora Elza, eu não me lembro o sobrenome dela, até porque a gente criança não se lembra muito desses detalhes. Uma professora muito boa, mas sofreu um acidente e teve que se afastar, mas a diretora muito responsável continuou tentando passar o programa, mas, não conseguia porque não tinha como dar completo... E assim nós concluímos o 3º ano com a diretora substituindo, no lugar da professora. Passamos para o 4º ano, quase assim sem condição porque o nosso 3º, que é a base maior, o 3º eu considero o ponto de tudo, de tudo o 3º ano é mais forte... passamos para o 4º ano. Lá tinha dona Mirah Assunção, uma caxiense que lecionava aqui, naquela época até os professores eram importados. Nós não tínhamos muitos daqui de Codó. Veio a dona Mirah Assunção, que também sofreu um problema, uma perda do noivo e teve que se afastar também e nós ficamos novamente sem professor na sala de aula e a diretora fazendo o possível...era a professora Maria Alice Machado, fazendo o possível para cobrir aquela falta. Mas no meio do ano, ao retornar das férias, veio uma professora, uma outra Elza, que pra mim foi assim uma coisa maravilhosa, era uma pessoa muito boa, mas terminou o ano ela foi embora. Ela só veio mesmo para completar aquele período que estava sem professor. E passamos para o 5º ano, que era só para justificar, para fortificar mais o 4º ano. Como ele não tinha efeito e não era o único que tinha efeito para o ingresso no ginásio eu deixei no meio do ano por vários probleminhas que surgiram, que me impediram de continuar (Informação Verbal).¹⁹

Mesmo em meio aos problemas do primário e chegada a época de cursar o ginásio, naquela época foi possível comemorar a felicidade de já existir o curso ginásial em Codó. Luiza D’lly fez parte da primeira turma de alunos do Ginásio Codoense, inclusive seu nome consta na lista de alunos aprovados, no primeiro ano de funcionamento da escola, no jornal estudantil “O Movimento – Órgão Oficial do Ginásio Codoense”, na reportagem intitulada “A Árvore que dá bons frutos”, Ano I, Nº I, divulgado em Setembro de 1954.

Antes de 1953 quem terminava o primário nesta cidade só continuava os estudos se tivesse condições necessárias para mudar-se para a capital ou outras cidades com estudos mais elevados, caso contrário, permaneciam com o aprendizado apenas das primeiras letras. Assim, muitos alunos iniciaram os estudos ginásiais com grande defasagem idade-série, uma vez que, sem as condições necessárias para o prosseguimento dos estudos em outra cidade, aguardaram a chegada do curso ginásial em Codó, além de não estarem tão bem preparados para enfrentarem o exame de admissão, então necessário ao ingresso do aluno no curso

¹⁹ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

ginasial. Além disso, o Ginásio Codoense enfrentava alguns problemas relativos ao processo de implantação.

Sobre o ginásio, Luiza nos diz:

Fiz o exame de admissão, passei com uma nota muito baixa porque estava despreparada. O ginásio foi muito assim cheio de altos e baixos. Quem saiu do Colares Moreira naquela época enfrentou essa dificuldade para o exame de admissão por conta dessas falhas, que teve muitas. Mas, consegui aprovação e fizemos o ginásio. No ginásio tivemos vários professores como o Doutor José Anselmo, Pedro Saads. Doutor Anselmo era inglês, Pedro Saads era Matemática. Tive a professora Angelina Béliche [...]lecionava Geografia, uma grande professora. Tivemos uma outra grande professora, a professora Carmem Palácio Lago, tão importante, que todo mundo sabe o nome dela completo (risos), maravilhosa! Dava História. E muitos outros que vieram assim mais, por menos tempo, que vinham e voltavam. (Informação Verbal).²⁰

Em 1957, após concluir os estudos de primeiro grau, Luiza foi para São Luís conseguindo uma vaga na Escola Normal Colegial de São Luís, onde iniciou os estudos do 2º grau e pretendia formar-se em professora normalista, como a maioria das moças de sua época. Porém, ao fim do primeiro ano do curso normal percebeu que até ali não se identificava com o curso e por este motivo, deixou o curso normal e optou pelo curso de contabilidade, vindo a concluí-lo em 1961 na Escola Técnica de Comércio do Maranhão (Informação Verbal).

Ao retornar para Codó em 1962, após a conclusão do curso técnico de contabilidade, Luiza foi surpreendida por um convite do Dr. Rosendo Neto, então responsável pela diretoria do Ginásio Codoense, colégio em que Luiza cursara as séries ginasiais. O convite era audacioso e desafiador, ministrar aulas de várias disciplinas nos três turnos. Logo para ela que havia desistido do curso normal por não sentir vocação para a sala de aula. E ela aceitou na certeza de que seria um grande desafio e que para honrar o compromisso teria de estudar bastante.

²⁰ OLIVEIRA, Luiza D'illy Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

Eu comecei a lecionar aos 22 anos, trabalhando ainda sem o curso Normal. Eu primeiro fazia o curso normal, mas, achei que não era a minha vocação. Eu deixei e fiz o curso de Contabilidade. Quando terminei e vim pra Codó, eu logo fui convidada pra lecionar no Ginásio Codoense, isso, sem nem o curso normal. Mas eu tinha um curso de CADES, que era um curso, um treinamento muito bom, era um mês de treinamento e realmente deixava muito conteúdo. Era muito substancioso (Informação Verbal).²¹

O curso mencionado por Luiza era um dos cursos de orientação de professores que tornaram-se essenciais nas atividades desenvolvidas pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e ajudaram muitas pessoas entre professores, técnicos e diretores de estabelecimentos de ensino secundário a terem um mínimo de qualificação, de modo que não adentrassem à sala de aula totalmente leigos dos saberes pedagógicos.

A CADES foi criada pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, no governo do então presidente da república Getúlio Vargas e tinha por finalidades elevar o nível do ensino secundário e difundir-lo. A campanha fazia parte do Plano de Ação da Diretoria de Ensino Secundário (DESe), sob a responsabilidade de Armando Hildebrand que objetivava impulsionar o desenvolvimento e a melhoria do ensino secundário. Sua criação ocorreu num momento de grandes transformações sócio- econômicas, políticas e culturais, que alteraram profundamente a fisionomia do Brasil e repercutiram em sua estrutura educacional. Neste momento também foram criados paralelamente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) (PINTO, 1998).

Para cumprir os objetivos estabelecidos, a CADES promovia cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e diretores de estabelecimentos de ensino secundário. Ainda assim, eram cursos rápidos e não ofereciam a mesma estrutura de um curso para normalistas. Porém, com a posse deste diploma era possível assumir a responsabilidade da sala de aula, pois, grande ainda era a necessidade de professores para um número cada vez mais crescente de alunos.

Com o curso da CADES na área de Ciências em mãos e os saberes provenientes do 1º e 2º graus, Luiza aceitou o convite do Ginásio Codoense e sobre isso nos diz:

²¹ OLIVEIRA, Luiza D'illy Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

Assumi correndo um risco muito grande, porque uma pessoa com um curso de contabilidade não recebe nenhuma disciplina que lhe prepare para uma sala de aula. [...] mesmo assim, eu entendi de enfrentar e assumi, mas tive que me debruçar. Tive que estudar todos os dias, tinha que preparar a aula com muito cuidado porque me faltava experiência e conteúdo [...] mas, assumi logo todas as séries do Ginásio Codoense [...] E assumi todas as séries, quase todas as disciplinas, mas a principal era Ciências Físicas e Biológicas, que era minha disciplina, que eu comandava. E felizmente, eu dei conta, com muito esforço, muita responsabilidade porque o momento exigia. Despreparada, então eu tive que me preparar sozinha, mas graças a Deus parece que eu me saí bem porque até hoje, quando eu encontro um ex-aluno ele faz certos comentários que me fazem acreditar que naquela época, naquela ocasião eu me desempenhei (Informação Verbal).²²

A partir do momento em que Luiza D’lly assume a sala de aula, a sua vida acadêmica mistura-se com a profissional. Daí então, toda formação acadêmica posterior passa a ser realizada concomitantemente com o trabalho. E o trabalho de Luiza alcançou proporções maiores, uma vez que, fora notada por seu destacado desempenho como pessoa e professora, novas propostas foram surgindo. Além do Ginásio Codoense, Luiza passou a lecionar no Instituto Magalhães de Almeida em 1966 e na Escola Santa Filomena da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas – o Convento– pela primeira vez em 1972 e a segunda em 1986.

Devido aos desafios e exigências pedagógicas do cotidiano escolar e a existência da Escola Normal Colegial Codoense, Luiza decide entrar em 1968 para o curso normal, onde foi diplomada em 1970, professora normalista. Ainda no mesmo ano fez estudos adicionais na área de Estudos Sociais.

Entre as funções desempenhadas por Luiza, destaca-se o cargo de secretária de educação e cultura do município, instituído através do Decreto Municipal nº 532 de 10 de Março de 1970, na gestão do prefeito Moisés Reis no período de 1970 a 1973, quando o mandato político era de três anos. Sobre a situação educacional de Codó neste período, Luiza diz que “As escolas municipais tinham muitos problemas. Apesar do prefeito ser voltado para a educação, mas era tudo muito carente. Espaço físico, qualificação de professores...

²² OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

deixavam muito a desejar”.²³ Mas, quando o assunto é Luiza D’lly enquanto Secretária de Educação e Cultura do município, os seus feitos mais notáveis foram a criação da Bandeira e Hino codoense.

Sendo Codó elevado à categoria de cidade no ano de 1896, chegava aos 75 anos de emancipação política em 1971 sem que a população conhecesse uma Bandeira que a representasse. Luiza após muito pesquisar em arquivos sobre o município descobriu que embora somados alguns anos de emancipação a cidade ainda não possuía uma Bandeira oficial. Descobriu através do professor Benedito Santos a cópia da lei que decretava a criação da Bandeira no governo do prefeito Renê Bayma no ano de 1966, porém, o que se pode concluir é que a Bandeira foi criada somente em lei e não em material. Com isto, resolveu criá-la e orgulhosamente nos conta:

Naquela ocasião eu estava secretária de educação. Naquela época era junto ‘secretária de educação e cultura’ [...] Se aproximava o aniversário de 75 anos da cidade de Codó, eu considerei uma data importante, bodas. E fui aos arquivos verificar se Codó tinha Bandeira, como não encontrei nada, entendi de criar a Bandeira. O acervo aqui era muito pouco eu fui a São Luís, pesquisei na biblioteca e pesquisei também num senhor que tinha uma biblioteca particular, que era um verdadeiro acervo de todos os municípios do Maranhão. Eram 131 municípios na época e ele tinha a história de todos 131. Muito importante. E lá foi onde eu consegui maiores respostas. Foi lá também, como a Bandeira diz respeito a isso, eu vou entrar nesse detalhe... Foi lá também, no acervo dele, que nós encontramos a versão²⁴ maior sobre a origem do nome de Codó, que dizia que [...] que quando chegaram os primeiros moradores, aqui, aproximando do Codozinho, tinha uma grande quantidade de codornas, codorniz, e que foi colocado este nome, por um francês, parece, que achou importante colocar o nome de Codó por conta dessa quantidade de Codornas. Por essa razão, na primeira Bandeira, tem a codorna no pé do cruzeiro. E foi muito apressado, pois, quando eu alertei para a criação da Bandeira já estava muito próximo do aniversário e eu esbocei o brasão e providenciei pintar lá mesmo, em São Luís, tanto que a bandeira chegou ainda molhada, a pintura molhada. Tivemos que trazer ela para fora da caminhonete assim tremulando [gesticulando] para secar e dar

²³ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista citada.

²⁴ A versão mais conhecida e/ou aceita pela sociedade codoense sobre a origem do nome de Codó é a de que este deve - se a quantidade abundante de uma ave chamada Codorna na região. No entanto, há outras versões que tratam da origem do nome do município de Codó. Entre elas estão: a) Codó significa “atoleiro, brejo, lugar encharcado”, versão defendida pelo professor Fernando de Carvalho; b) Codó significa “arremesso de dardos”, pequenas lanças, utilizadas pelos índios que aqui viveram, versão defendida pelo cientista Teodoro Sampaio; c) é uma homenagem a um francês chamado Kodoc, que morreu afogado no Rio Itapicuru, em meados de 1614; d) o nome Codó é originado de Kodoc, uma cidade do Sudão Africano, de onde vieram muitos negros escravizados para Codó e ainda; e) é originado do Rio Codó que banha a cidade, defendida pelo historiador César Marques (MACHADO, 1999, p. 34-35).

tempo chegar. Chegamos no dia do aniversário à tarde, mas, mesmo a tarde, foi hasteada (Informação Verbal).²⁵

Após a criação da Bandeira de Codó, Luiza começou a se questionar sobre a existência de um Hino, pois, assim como a Bandeira, também não ouviu nenhum comentário a respeito de uma possível criação. Mas, a inspiração necessária para criá-lo ela já tinha encontrado.

Depois de tudo isso eu comecei a pensar que Codó também não tivesse o Hino, porque eu nunca tinha ouvido ninguém falar, ninguém cantar, mas mesmo assim, eu procurei verificar se tinha ou não. Mas, sabendo que não tinha, quando eu percebi que não tinha, eu já tinha cantarolado um aqui na tentativa de criar e por sinal saiu todas as estrofes no mesmo dia. A movimentação com as estrofes é que foi alguns dias depois e me inspirei no amor que eu sinto por Codó. [...] Era um momento de criação; tinha criado a Bandeira e achei que devia criar o Hino e consegui criar. A inspiração foi essa, o amor. (Informação Verbal).²⁶

Embora o Hino tenha sido criado por Luiza D’lly em 1971, o mesmo só foi declarado Hino oficial do município de Codó através da Lei nº 1.265 de 15 de Abril de 2002, na gestão do prefeito Ricardo Archer, sancionada pelo vice-prefeito municipal no exercício do cargo de prefeito municipal José Marcolino Júnior. A sessão solene de homenagem à autora ocorreu no dia 16 de Abril de 2002, no aniversário de 106 anos do município. Nos anos seguintes, a letra do Hino passou a fazer parte dos diários de classe e materiais entregues aos alunos da rede pública municipal.

Ao mesmo tempo em que era Secretária de Educação e Cultura, Luiza também respondia pela Secretaria executiva do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) na cidade de Codó. Após o término do mandato retornou para as atividades de sala de aula na Unidade Colares Moreira, onde havia sido nomeada pelo Estado pelo termo de posse 028/71 publicado no Diário Oficial da União em Março de 1971 para a área de Ciências e Biologia.

²⁵ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

²⁶ Idem.

Em 1974, Luiza casou-se com Evanildo Gomes de Oliveira, com quem teve os filhos Maurício, Adália e Jordana. Passou a ser então Luiza D'illy Alencar de Oliveira e dessa união divide hoje o carinho de quatro netos.

Remanejada para Complexo Escolar René Bayma, Luiza ministrou aulas de 5ª a 8ª série e assumiu a função de secretária geral até 1979 quando foi designada para a função de Coordenadora Geral do Complexo pela Portaria nº 1.415 de 20 de Dezembro de 1979, substituindo Lúcia Maria Bayma Araújo, que foi assessorar o governador do estado. No Complexo ficou até Julho de 1984, quando o sistema Complexo foi extinto. Enquanto Coordenadora Geral do Complexo René Bayma recebeu outra nomeação do Estado como técnico auxiliar em Administração pelo Decreto nº 7247/79 do quadro temporário da Secretaria de Administração do Estado. Em 1987 passou a ocupar o cargo de administradora escolar.

Como mencionado anteriormente, a vida acadêmica de Luiza acontecia paralela a profissional – característica própria de sua profissão – e a mesma participou de cursos de graduação, várias palestras e cursos de formação continuada ao longo de sua carreira que excedem a temporalidade definida no presente trabalho de conclusão de curso. Ainda assim, optou-se por continuar a destacar a vida de Luiza pós 1980, por ser uma pessoa de destacada importância para a sociedade codoense.

Luiza embora com os já completos dezenove anos de profissão e quarenta e dois anos de idade, decidiu frequentar os bancos da Universidade e prestou vestibular para o curso de Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar da Universidade Estadual do Maranhão no ano de 1981 na cidade de Caxias, ingressando na UEMA em 1982, o que seria outro grande desafio em sua vida. E sobre esta fase ela nos conta:

A vida acadêmica foi assim muito difícil [...] Eu passei no vestibular em Caxias e fiz o curso pedagógico de curta licenciatura da UEMA e a própria distância já demonstra que foi difícil. Todos os dias você trabalhando dois expedientes, na ocasião eu era coordenadora do Complexo e o Complexo não era apenas aquele prédio, tinha mais 11 unidades. [...] Então depois de um dia de trabalho, que não era fácil, pois a gente sabe que trabalhar com educação não é fácil... Às 17 horas da tarde saía às pressas muitas vezes até sem um lanche, porque se fosse lancha não dava tempo. Corria para a praça para pegar a combe ou ônibus, o que tivesse disponível. Um ano e meio ou dois anos depois a gente ganhou uma combe. Na época o governador era o Castelo, como ele tinha sido eleito, e também codoense por um título de

cidadania, que meu irmão concedeu, meu irmão era vereador da época e acho que ele sentiu a problemática dos estudantes e nos doou uma combe. Facilitou, facilitou muito. [...] Mas graças a Deus enfrentamos os exames todos e terminamos nos formando na curta licenciatura (Informação Verbal).
27

Mais de dez anos após concluir o curso de Pedagogia pela UEMA, Luiza presta vestibular novamente, dessa vez para a Universidade Federal do Maranhão, já instalada em Codó onde cursa Licenciatura Plena em Pedagogia. Ela não pediu aproveitamento em nenhuma disciplina já cursada na UEMA, exceto para as atividades de estágio mediante a comprovação de experiência no magistério. O curso era noturno e a mesma podia conciliar trabalho e estudo. Assim, ela concluiu sua segunda graduação em 1995 após a defesa da monografia intitulada “Administração Escolar em Instituições Educacionais no Município de Codó”.

Em 1998 foi indicada pela diretoria regional de educação para a função de coordenadora pedagógica assumindo a coordenação de cursos de licenciatura da UEMA, entre eles Letras, Geografia e Biologia, instalados na cidade de Codó através do sistema Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD) e posterior Programa de Qualificação Docente (PQD) onde permaneceu até o ano de 2008.

Chegando ao ano de 2000, somados trinta e oito anos desde sua primeira vez como regente de sala de aula, Luiza D’lly decide iniciar o processo de aposentadoria dos dois cargos ocupados no Estado do Maranhão. De acordo com ela, pelo motivo abaixo citado:

Professor é como padre. Nunca deixa de ser! (risos) Então eu me sinto com o dever cumprido porque enquanto professora, enquanto lecionei, eu procurei fazer da melhor maneira que me foi possível. Quando eu verifiquei que já não estava em condição de acompanhar aquela rotina muito pesada, eu comecei a pensar no processo de aposentadoria, não só pela minha vontade de descansar um pouco, mas também porque já sabia que não estava correspondendo as necessidades da evolução. Eu achei que devia já entrar

²⁷ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

com o processo de aposentadoria para não prejudicar ninguém (Informação Verbal).²⁸

Depois de tramitados os pedidos dos processos de aposentadoria, os resultados foram divulgados no Diário Oficial do Estado do Maranhão. Primeiramente, no dia 26 de Maio de 2000, a concessão da aposentadoria voluntária do cargo de Administrador Escolar, Classe II, Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus, da Gerência de Desenvolvimento Regional de Codó com os valores de vencimento do cargo de R\$ 336,40 (trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), o adicional por tempo de serviço de R\$ 55,71 (cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos) e a gratificação de atividade do magistério calculada em R\$ 472, 32 (quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos).

A segunda aposentadoria foi divulgada no dia 02 de Janeiro de 2001, referente ao cargo de Professor, Classe IV, Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus, da Gerência de Desenvolvimento Regional de Codó com os valores de vencimento do cargo de R\$ 365, 64 (trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), adicional por tempo de serviço de R\$ 98, 72 (noventa e oito reais e setenta e dois centavos), gratificação de atividade de magistério de R\$ 475,33 (quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) e gratificação de representação em cargo de comissão de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).

No mês anterior a concessão de sua primeira aposentadoria, foi criada a Lei Municipal nº 1.175 de 16 de Abril de 2000, que concede o título honorífico de Cidadã Codoense a professora Luiza D'ily, como uma forma de reconhecimento as atividades desempenhadas por tão querida professora.

Reconhecida publicamente pela sociedade codoense através do título de cidadania e dos inúmeros convites que recebe para se fazer presente nas escolas públicas e particulares do município, dona Luizinha sente-se honrada por tamanho apreço, porém, com tamanha humildade nos revela:

²⁸ OLIVEIRA, Luiza D'ily Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

Eu não sei se vou ser franca, sincera com isso, se eu devo ser sincera com isso, mas eu acho que a sociedade de Codó vê em mim ou já esperou, mas vê em mim, além do que eu realmente dei. Porque eu vejo, assim, gratidão; eu vejo muito apreço, muita atenção e acho que está além daquilo que eu pude oferecer. [...] É, eu acho que eu não fiz tanto. Poderia ter feito mais, até porque naquele tempo as ofertas eram menores. Hoje tem tanto programa (Informação Verbal).²⁹

Mas aposentar-se e ficar parada parece não ter ficado para Luiza D’lly Alencar de Oliveira. Envolvida por pesquisas sobre a história do município através do Instituto Histórico Geográfico do Codó – IHGCodó, no qual é membro-fundador ocupando a cadeira de nº 15, ela engajou-se junto a demais pesquisadores, entre eles, o escritor João Batista Machado, no projeto de restauração da estação ferroviária local para transformá-lo num memorial da cidade.

FIGURA 4: FOTO

Figura 4: Instituto Histórico Geográfico do Codó- IHGCodó



FONTE: <http://correiocodoense.com.br> (2015)

O Memorial é hoje uma realidade no município e uma grande conquista na restauração e conservação do patrimônio histórico codoense. A reforma da antiga estação de

²⁹ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

trem foi uma parceria do IHGCodó com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este último, após ficar responsável pelo complexo ferroviário da cidade, com a extinção da Rede Ferroviária Federal, integrou a memória ferroviária à memória da população codoense através do projeto de restauração dos galpões e posterior transformação destes num espaço guardião da cultura e memórias codoenses. Para a professora Luiza, o Memorial de Codó “é uma maneira de retomar a história. Nossa história é muito apagada, nós quase não temos memória”.³⁰

Por falar em história, o presente trabalho que também contempla a mulher na história, observa a importância da atuação de Luiza enquanto mulher na sociedade codoense. Uma mulher que fez história e mesmo aposentada trabalha em prol da escrita histórica do município de Codó. Enquanto professora, Luiza colaborou na formação de diversas pessoas instruindo-os no caminho do desenvolvimento pessoal e incentivando-os a construir um local melhor para se viver.

Quando o assunto é a atuação da mulher no magistério, Luiza acredita e compartilha do discurso da vocação feminina para o magistério. Para ela:

É fundamental a presença da mulher, até porque a mulher parece que nasceu mais para isso, para transmitir. Você vê em casa, a mulher é uma professora de tudo. A mulher é mãe e ela como mãe é professora de tudo. Já o homem é mais mesmo o trabalho... mas tem muitos, a gente vê muitos professores dedicados e esforçados. Agora que a mulher pesa, pesa! O peso é maior. (risos). A responsabilidade parece que é maior. Tudo! A mulher é dinâmica, ela é esforçada, ela é cuidadosa... eu, eu sou uma admiradora da mulher! Talvez por ser mulher também, mas eu sou uma admiradora da mulher, em todas as profissões que ela exercer, professora, médica, advogada, tudo eu gosto muito da atividade dela, do trabalho, do desempenho e do próprio produto. Você já pensou o que é uma criança aprender a ler? [...] É muito lindo, eu acho muito importante. E isso a mulher faz melhor que o homem! (risos) (Informação Verbal).³¹

Nos cargos ocupados ao longo de sua vida, Luiza representou com louvor a mulher que luta pelos seus ideais e vive em prol de uma sociedade melhor. Enquanto

³⁰ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista citada.

³¹ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

professora representou a conquista do espaço feminino na sociedade codoense, ocupando importantes espaços de representação e empoderamento. Trazia mensagens de reflexão às mulheres de modo que pudesse dizer a elas sobre a importância de sua presença na sociedade. Uma dessas mensagens pode ser observada numa carta feita por Luiza em 08 de Março de 1975, quando foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o dia internacional da Mulher:

Hoje foi instituído o dia internacional da mulher e é para elas que estamos redigindo esta mensagem recheada dos melhores votos de felicidade a todas, entre as quais estou inclusa neste mundo de grandes diversidades que para nós mulheres não são inatingíveis, inalcançáveis, pois, nunca fomos o sexo frágil como se acreditou por muito tempo. Somos sim lutadoras fortes. A mulher não foi escolhida pela suprema e natural sabedoria de Deus para serem mães apenas por sua aparente fragilidade e doçura, sensibilidade ou espírito maternal. Não! Não fora apenas por isso. Mas sim pela sua coragem, pela determinação que só elas têm. Portanto, mulheres, continuemos na luta em busca de melhores dias e equilíbrio.³²

Mesmo sem achar que um dia seria professora, Luiza colaborou para a formação de mulheres, homens e crianças deste município. Inspirou e também cantou, através do hino, a terra que considera sua. Sobre o ser professora ela gosta de dizer:

Durante toda vida foi a minha profissão apesar de achar que não seria minha vocação (risos). Eu sempre digo que fui professora por acidente porque a tendência não era essa. Minha vontade mesmo era de ser advogada, mas graças a Deus me realizei nos filhos. São três advogados... E continuei lecionando; lecionei em várias escolas, não foi apenas no Codoense, não foi apenas no Complexo. Lecionei também no Colares Moreira, no Anexo, no Convento, no Luzenir Matta Roma, também no Instituto Magalhães de

³² Leomagon Alencar, irmão de Luiza D'ly, foi uma destacada figura pública nas cidades de Codó e Caxias – Maranhão, exercendo por sete mandatos o cargo de vereador na cidade de Codó. Em 1953, ano de seu primeiro mandato, foi o vereador mais bem votado da cidade, sendo reeleito em 1958 como o vereador mais bem votado do estado do Maranhão. Pela posição destacada na cidade e o apreço a criação do dia Internacional da Mulher, em 1975, pediu a Luiza, que já havia tornado-se também uma figura pública há dois anos em decorrência do exercício do cargo de Secretária de Educação e Cultura do município, que escrevesse uma mensagem direcionada às mulheres. A divulgação da mensagem foi um projeto de ambos para as mulheres codoenses. Cf. Páginas de Codó XXXVI- Antônio Leomagon Alencar. <http://www.blogdoacelio.com.br/01/educacao/paginas-de-codo-xxxvi-antonio-leomagon-de-alencar/>

Almeida. [...] Os secretários tinham que ‘se rebolar’ para fazer o horário de tal modo que me encaixasse direitinho (Informação Verbal).³³

Por recado ou conselho ela diz aos professores de hoje:

Continuem lutando muito porque a luta é ferrenha. Continuem lutando com esse espírito de criar, de criação, porque modificar cabeças é criar também. E se preparem bem, estudem. Estudar pra mim é uma coisa que o jovem nunca poderia deixar, parar, porque é uma reforma constante da mente, dos conhecimentos e que procurem aplicar da melhor maneira possível tudo que lhe é oferecido para esta tarefa. O importante é que criem novas fortalezas (Informação Verbal).³⁴

Os laços construídos por Luiza D’lly enquanto professora e cidadã codoense fazem parte da memória deste município. Ela representa muitas mulheres professoras que deixaram suas marcas em nossa educação aliançadas pela vontade e determinação de ensinar e aprender.

³³ OLIVEIRA, Luiza D’lly Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

³⁴ Idem.

3.3 – Filomena Catarina Moreira: recordações de nossa primeira normalista

“Em Codó até 1908 não havia professora formada, até que um dia chega com muito prestígio uma educadora: Filomena era muito inteligente, muito competente [...] Os alunos ela chamava de meus filhos.”

(João Batista Machado)

FIGURA 5: FOTO

Figura 5: Filomena Catarina Moreira



FONTE: Revista Leia Hoje, 2000

Filomena Catarina Moreira, a primeira normalista do solo codoense, chegou à cidade de Codó – recentemente elevada à categoria cidade (12 anos) – em 1908, com vinte e dois anos de idade, a convite do senhor Raimundo Bayma, para instruir os filhos dos codoenses que aqui estavam e careciam do conhecimento das primeiras letras e de uma educação formal e sistematizada.

Sobre a pessoa de Filomena, sabemos pelas poucas e raras fontes que se têm que nascera em 25 de Novembro de 1886, provavelmente numa localidade chamada de Matões do Moreira, neste município. Filomena Catarina era uma mulher negra, de destacada inteligência,

que nascera apenas dois anos antes da abolição da escravatura. Em “pleno contexto recém-liberto da escravidão, foi capaz de estudar, tornar-se professora [...] trata-se de um fenômeno raro para a sua época” (SIQUEIRA Apud: MACHADO, 1999).

Por este fato último, a carreira magisterial de Filomena parece não ter sido fácil, e infelizmente não encontramos documentos que nos tragam mais dados sobre isto, pois, ocupar um lugar na sociedade e principalmente ser professora, numa nação que recentemente passara pela abolição da escravatura, não era nem de longe uma tarefa fácil. Mas ao som do bandolim e das canções que aprendera com a sua mãe Carolina Moreira (Dona Mocinha), que lhe criara sozinha, Filomena superava os desafios e instruía nas normas cultas àqueles que lhes eram confiados. “Ela cuidava dos alunos como filhos, levava para casa, dava almoço, dava banho”

35

Numa casa ampla, de grandes compartimentos e quintal com árvores frutíferas, animais e plantas, situada à Rua Antônio Alexandre, 1560, Filomena morava com os seus alunos e a eles ensinava conteúdos de Português, Matemática, Estudos Sociais, Prendas Femininas, Educação Física, Desenho. O casarão, como ficou conhecido, era a Escola Mista César Brandão ou Escola Mista de Codó, fundado por Catarina em 1908, hoje encontra-se deserta, mas sob a responsabilidade de sua afilhada, Maria de Lourdes Siqueira (que foi aluna de Catarina). Antropóloga, Pós-Doutora e professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, um dos grandes nomes da cidade de Codó, mas para ela “no casarão ora deserto continuará essa memória e tradição sócio-educativa-cultural” (SIQUEIRA Apud: MACHADO, 1999).

No famoso casarão, Cimódoce Ferreira, ex-aluno de Filomena em depoimento ao livro de João Machado, diz que ela “criava muitas crianças do interior que vinham para a sua casa estudar”. Para José Rosa, Catarina era “abolicionista do regime da palmatória e formou grande parte da mocidade de Codó” (SIQUEIRA Apud: MACHADO, 1999). O posicionamento da professora em relação à palmatória nos permite refletir que este castigo não se justificava no ato de educar, principalmente, porque Filomena sabendo da história de seu povo e dos sofrimentos por eles passados não aceitava atos de violência, sobretudo, com crianças. Mesmo sendo referência na cidade para “dar jeito” às crianças que lhe eram encaminhadas, Catarina não utilizava de castigos e palmatórias, mas de diálogo, do respeito e moral conquistado para com seus alunos para educá-los. Segundo o cônego José Ribamar

³⁵ MACHADO, João Batista. Entrevista citada.

Carvalho ³⁶, ex-aluno de Filomena e um dos primeiros dirigentes da Universidade Federal do Maranhão, “a dona Filomena era competente e tinha força moral” (SIQUEIRA Apud: MACHADO, 1999).

Ela também dedicava um lugar especial para a música, tocava bandolim, entoava canções da época (SOARES, 2013). “Ela era uma mulata gorda, bem grandona, muito competente, sabia música, tocava bandolim”. ³⁷ E segundo o professor Carlos Gomes (Apud LEIA HOJE, 2000) “alimentava harmonia no clima adequado para preparar as pessoas para a vida”. A professora Filomena Moreira, ainda parafraseando Carlos Gomes “educou com os princípios de seu tempo”, num processo de formação que visava à consciência da dignidade pessoal, responsabilidade pelas atitudes socialmente assumidas, compromisso com princípios éticos, preocupação com o ser próprio e com o outro.

Filomena teve sua formação pela Escola Normal do Estado do Maranhão, com diploma expedido em 27 de Janeiro de 1907 por Antônio Batista Barbosa, diretor da época. O currículo do curso normal frequentado por ela abrangia as disciplinas de Ginástica, Língua Portuguesa, Língua Francesa, Oceanografia, Música, Geografia, Caligrafia, Contografia, Prendas Femininas, História Universal, Aritmética, Geometria, Pedagogia, Desenho, Física, Álgebra, Literatura, Cartografia, História Natural, História do Maranhão, Química, Geologia, Instrução Cívica e História da América. Dentre as boas notas da aluna em todas as disciplinas, destacava-se com notas máximas nas disciplinas de Música, Cartografia, Instrução Cívica e Prendas Femininas.

A aposentadoria da professora Filomena é um assunto que nos permite duvidar do tratamento afetuoso que a sociedade codoense tivera com uma professora negra. A imagem de querida professora, competente, formadora de gerações, professora emérita, entre tantos outros elogios destinados a pessoa de Catarina, entra em conflito dentro de uma sociedade ainda preconceituosa. Se ainda hoje há tanta discussão sobre o empoderamento feminino e a luta contra o preconceito racial, que dirá há apenas três décadas depois da abolição da escravatura.

Sobre este fato, nos conta Siqueira (1999):

³⁶ O cônego José de Ribamar Carvalho nasceu em Codó, em 06 de agosto de 1923. Fez parte do primeiro Conselho Diretor da Fundação Universidade do Maranhão, atual UFMA. Em sua gestão (1968-1972) enquanto Reitor da Universidade foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga, o prédio 'Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco'. BIOGRAFIA DE JOSÉ RIBAMAR CARVALHO. Disponível em: <http://joaopecegueirodias.blogspot.com.br/2011/11/voce-sabia.html> Acessado em 12.08.2015.

³⁷ MACHADO, João Batista. Entrevista citada.

A aposentadoria da 1ª professora diplomada de Codó não se dá sem conflitos. Ela não se aposenta por tempo integral de serviços. Faltavam seis meses para completar o tempo regulamentar, pressões do cotidiano levam-na a pedir o afastamento de seu cargo que se tornara insuportável. Ouvimos “conversa” a esse respeito, mas não o suficiente para discernir fatos concretos. Minha curiosidade natural em ouvir conversa dos adultos, dava-me acesso a informações dessa natureza, mesmo sem apreensão do pleno contexto, em que essas informações se situavam. O que é certo é que a mesma sociedade que reconhece sua competência na qualidade de professora, educadora, formadora de gerações, ao mesmo tempo essa sociedade não a tratou, ao longo de sua carreira, com os méritos de uma mestra emérita. É bom lembrar nessa análise o contexto, o tempo que marcava a sociedade brasileira, no momento em que uma mulher, de origem africana assume uma posição sócio-cultural relevante, numa pequena cidade do estado [...], no pós-abolição [...] ficaram marcas histórico-culturais, expressas a nível de diferenciação no tratamento desigual entre pessoas. Essas diferenciações ainda hoje são estabelecidas hierárquica e socialmente a partir de critérios que correspondem a hegemonia ditada pelo ocidente, na qual pessoas originárias de civilizações negras e indígenas não ascendem normalmente na escala de consideração pública, no plano social, político, econômico, educacional (SIQUEIRA Apud: MACHADO, 1999, p. 162-163).

Em entrevista concedida, o escritor João Batista Machado também nos conta sobre a aposentadoria de Filomena. Ele nos diz: “Ela se aposentou antes do tempo porque havia uma professora aqui em Codó que queria o lugar, queria ser diretora; ‘aí’ obrigaram a Filomena a se aposentar. Ela se aposentou como inválida, não foi por tempo de serviço”.³⁸

Assim, em 10 de Junho de 1935, em conformidade com a lei nº 1.265 de 09 de Abril de 1926, Filomena é aposentada com vinte e nove anos e seis meses de serviço público. Seus vencimentos corresponderam neste momento a Rs 2.900\$400 (dois contos, novecentos mil e quatrocentos reis). A aposentadoria de Filomena antes dos trinta anos de serviço público reflete o tratamento preconceituoso a ela direcionado, muitas vezes disfarçadamente, na sociedade brasileira pós-escravista.

Pelo tempo, esforço e trabalhos dedicados à nossa terra, a professora Filomena até o presente momento recebeu quatro homenagens públicas, que foram cronologicamente, a

³⁸ MACHADO, João Batista. Entrevista citada.

inauguração de seu retrato ³⁹ no Grupo Escolar Colares Moreira (1952), a criação de uma escola que leva o seu nome (1984), um capítulo do livro Codó, Histórias do Fundo do Baú (1999) e a criação da Comenda Filomena Catarina Moreira (2003), sendo estas três últimas de memórias póstumas.

Sobre a sessão solene da inauguração do retrato da professora Filomena Moreira, está abaixo escrita na íntegra a Ata deste evento realizado no ano de 1952, na gestão da diretora Maria Alice Machado. Esta Ata foi encontrada e fotocopiada nos manuscritos existentes no Grupo Escolar Colares Moreira, onde Filomena Catarina foi a primeira diretora.

Ata da sessão solene da inauguração do retrato da professora Filomena
Moreira

Aos 24 dias do mês de Agosto do ano de 1952, no auditório do Grupo “Colares Moreira”, em solene sessão, foi inaugurado o retrato da primeira normalista que a esta cidade de Codó chegou, em 1908, a professora Filomena Catarina Moreira. Inaugurando o retrato de Filomena Moreira quiseram, a Diretora e professoras do Grupo “Colares Moreira”: Maria Alice Machado, Geny Dualilibe Murad, Elza Nascimento, Raimunda Isabel da Costa Torres e Teresa Torres Costa, prestar uma significativa homenagem àquela, que, trabalhando pela criação do 1º Grupo Escolar de Codó, que é o “Colares Moreira, foi também a sua primeira e dedicada diretora. D. Filomena aqui chegando, dedicou-se, inteiramente, com abnegação, a difundir o ensino nesta terra, com inteligência e boa vontade ao lado de uma vida exemplar, cheia de belas virtudes. A esta justa homenagem, associaram-se os ex- alunos em número bem elevado, dos quais, a maioria, ocupa cargos de destaque em âmbito nacional, estadual, social e religioso. Dentre os seus ex-alunos há, no momento, Senador da República, Deputado Federal, Médicos, Engenheiros, Bacharel, Padres, Religiosa, Professoras normalistas, concursados, comerciantes, artistas e mães exemplares. Todos reconhecem o trabalho de sua primeira professora e guardam da vida escolar a seu lado, uma saudosa recordação. O programa desta solenidade que chamamos-Honra ao Mérito- constou do seguinte: I- Oração oficial- do erudito professor Fernando Barbosa de Carvalho; II- Descerrar da cortina do retrato, pelo coronel Sebastião Archer da Silva, nosso prezado e velho amigo de todos os tempos; III- Dramatização do ato- por duas ex alunas do “Colares Moreira”, senhoritas: Osmarina Frazão e Bernadete Primo; IV- Discurso da Diretora do Grupo “Colares Moreira”, professora Maria Alice Machado; V- Agradecimento da homenageada, por seu ex-aluno Padre Oton Salazar; VI- Encerramento da sessão – com o hino “Colares Moreira”, cantado pelos alunos atuais do estabelecimento. VII- Discurso da homenageada- professora Filomena Catarina Moreira. E, para constar, eu Geny Murad, professora da

³⁹ O retrato de Filomena Catarina Moreira, inaugurado em Agosto de 1952, continua exposto na sala da diretoria da Unidade Integrada Colares Moreira - assim hoje denominada a escola - entre outros retratos e documentos que constituem verdadeiras fontes de pesquisa.

4ª série do Grupo referido, lavrei esta que deverá ser lida, e depois assinada pelas pessoas presentes.

Dentre as assinaturas coletadas neste evento, estão registradas as seguintes: Filomena Catarina Moreira; Fernando Barbosa Carvalho, professor; Oton Carvalho Salazar, ex-aluno; Sebastião Archer da Silva, ex-governador; Walter Silva da Luz, ex-aluno; Carmem Palácio Lago, ex-aluna; Maria Coelho Barbosa Carvalho, professora; Waldemy, ex-aluno; Raimundo Bayma, ex-prefeito; Neyde Magalhães Araújo, professora; Amancio Lima, ex-aluno; Carmelita Murad Veiga, ex-aluna; Alzira Pereira da Costa, ex-aluna; Maria da Veiga Gonçalves, ex-aluna; Carmem Araújo, ex-aluna; Ana Emília da Veiga, ex-aluna; Antônio Araújo, ex-aluno; Luiz Veiga, ex-aluno; Abdias Antônio dos Santos, ex-aluno; Almerinda Bayma, orientadora educacional; José Benedito da Silva Júnior, professor; Nair Machado Oliveira, professora; Henrique, ex-aluno; Vicente Barbosa de Almeida, ex-aluno; Lenita Bayma, farmacêutica e industrial; Maria Cecília Bayma, ex-aluna; End Costa Santiago, ex-aluno; Filomena Maria Braga da Silva, ex-aluna; Ana Cecília Brandão Aguiar Silva, ex-aluna; Adelaide de Almeida Mora, ex-aluna; Maria Helena de Carvalho, contadora; Maria Helena Coêlho Bayma, professora; Maria de Lourdes Santos Braga, ex-aluna; Maria José Santos, ex-aluna; Maria José Siqueira, ex-aluna; Nely de Mesquita Moraes, professora; Amica Ferreira, ex-aluna; Maria José Carvalho, ex-aluna; Maria Rita de Almeida, ex-aluna; Raimunda Souza Lima, ex-aluna; Maria Nazaré Carvalho Salazar, ex-aluna; Bernadete Primo, ex-aluna; Clinaura Freitas, professora; Maria José Santos Nascimento, professora; Luiza Santos, professora; Odete Bayma, ex-aluna; Luiza Bayma, ex-aluna; Audith Freitas Lima, ex-aluna; Raimundo Cruz, ex-aluno; Ana Amélia Bayma, ex-aluna; Neide Ribeiro, ex-aluna; Maria da Glória Araújo Castelo, ex-aluna; Raimunda Santos, ex-aluna; Alinete Palácio Brandão, ex-aluna; Maria Alice Machado, diretora; Raimunda Isabel da Costa Lima, professora; Teresa de Jesus Torres Costa, professora; Elza Nascimento e Silva, professora; Geny Duailibe Murad, professora.

A segunda homenagem feita a Filomena Catarina da qual tem-se conhecimento foi a criação da Escola Filomena Catarina Moreira no ano de 1984, pelo então prefeito da cidade, Antônio Joaquim Araújo Filho e foi inaugurada no dia 1º de Maio. Com vinte e nove anos de existência, a escola permanece pequena e oferta o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano. A escola desconhece a história de Filomena e embora sustente em sua fachada o nome da

professora, tem apenas a sua placa de inauguração e um retrato ⁴⁰ de Filomena na sala da diretoria. Entre tantos outros motivos, essa ausência de informações e o desconhecimento de quem fora Filomena, é uma das razões que justifica a presente pesquisa.

No ano de 1999, o filho de Codó, João Batista Machado, presenteou a sociedade codoense com o livro “Codó, Histórias do Fundo do Baú”; e dentre as pessoas ilustres de nossa cidade, ele nos traz a história de Filomena em oito páginas do seu livro, contada por Maria de Lourdes Siqueira, Antropóloga, filha de Albertina Moreira que aqui chegou em 1908 juntamente de Filomena. Maria de Lourdes Siqueira, a Lourdinha, conviveu diretamente com a professora Catarina, conheceu o dia a dia desta relevante mulher educadora e foi diretamente influenciada e educada com muito amor por ela. Lourdes é a herdeira do casarão onde morou junto de Filomena. Segundo Lourdinha, o casarão foi cedido à prefeitura municipal para ser utilizado como um centro social.

Em 08 de Outubro de 2003 no governo do prefeito Ricardo Archer, foi criada a Lei Nº 1.319 que dispõe sobre a criação de comendas do município de Codó – Maranhão, “para condecorar personalidades que se destacaram ou que venham a se destacar por relevantes serviços prestados” ao município (Art. 1º.). As comendas criadas pela presente lei foram Rosalina Araújo Zaidan, para empresários; Clodomir Teixeira Millet, para políticos; Fausto dos Santos, para esportistas e desportistas; Babaçu, para autoridade civis, militares, eclesiásticas, servidores públicos dentre outros e; a Comenda Filomena Catarina Moreira destinada a professores e outras pessoas ligadas ao magistério e cultura, codoenses ou não codoenses. Ainda segundo a Lei Nº 1.319, as pessoas que vierem a ser agraciadas com as referidas comendas serão criteriosamente selecionadas por comissão (Art. 2º.) e as comendas poderão ser também concedidas como homenagens póstumas (Art. 3º.).

Em 2013, por ocasião dos 117 anos do município, as comendas foram entregues no dia 16 de Abril, no salão nobre da prefeitura fazendo jus a Lei e homenageando pessoas que contribuem significativamente para o engrandecimento da cidade. A comenda Filomena Catarina Moreira foi entregue a José Ribamar Muniz, carnavalesco; ao reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Francisco Brandão Ferreira e ao professor José Cardoso de Sousa Filho, diretor do IFMA Campus Codó. E em 2014, Natalino Salgado Filho, atual Reitor da Universidade Federal do Maranhão, foi o

⁴⁰ O retrato de Filomena Catarina Moreira exposto na escola que carrega o seu nome, é uma réplica do retrato da Unidade Integrada Colares Moreira, e ainda, é a mesma imagem apresentada na Figura 5 no início deste capítulo, reproduzida da Revista Leia Hoje, 2000. É desconhecida até o presente momento, qualquer outra foto de Filomena.

homenageado, recebendo a comenda no dia 16 de Agosto, durante o lançamento do livro “A Extensão Universitária da Ufma”, do professor mestre e ex-diretor do Campus de Codó, José Augusto Silva.

Um fato perceptível na história educacional de Codó e das demais cidades do interior do Maranhão até o século XIX, é que o exercício do magistério funcionava como um estágio para as professoras, onde estas recém-formadas se deslocavam para adquirir experiência e dependendo de sua atuação, prestígio e apadrinhamento alcançariam a remoção para a capital ou cidades maiores.

Assim, Codó recebeu por muito tempo, muitas professoras que para cá vieram, mostraram serviços e logo foram removidas para as suas cidades de origem ou mais próximas destas. Filomena Catarina Moreira lecionou toda a sua vida em Codó, não sabemos se isso se deu por escolha – por ser sua cidade natal – ou pela falta de oportunidades para seguir carreira na capital. Por sua história e perseverança na educação, esta professora tornou-se merecedora do respeito e admiração dos codoenses, pelo ato de ensinar sem castigos mesmo sendo “castigada” pela sociedade. Foi uma mulher que viveu a frente do seu tempo e mesmo em tantas dificuldades nos deixou um legado, que para Lourdes Siqueira pode ser definida assim:

A história mostrará que uma professora-normalista numa cidade do interior tem o dom e a competência de contribuir com o desenvolvimento da sociedade, em dimensões mais amplas, através de gerações que a sucedem, e mantendo o espírito das lições aprendidas e colocadas em serviço de um mundo mais digno, mais justo, mais humano e mais igualitário com direitos de cidadania e felicidade para todos os seres humanos (SIQUEIRA Apud: MACHADO, 1999, p. 164).

Ao pesquisar sobre a vida e trajetória de Filomena Catarina Moreira, analisou-se a importância desta para a educação de nossa cidade, a partir dos relatos obtidos graças à História Oral e aos documentos pertencentes aos arquivos escolares, que têm-se constituídos importantes fontes históricas de pesquisa para a história da educação e para a organização de biografias acerca de professores, uma vez que os estudos referentes às vidas dos docentes podem ajudar a ver esse indivíduo e suas relações com a história do seu tempo.

A vida e a profissão docente de Filomena ocupavam simultaneamente os mesmos lugares, pois, percebemos ao longo da organização desta pesquisa que nossa professora não separava a vida pessoal da profissional, o que é ainda hoje muito comum em nosso meio, pois, parece às vezes ser impossível, o professor fazer a separação da profissão com a vida pessoal.

Constata-se nos fragmentos que coletamos sobre a biografia de Filomena, que tornar-se professora é um processo histórico, e, fazer-se professora dentro de uma sociedade assentada em preconceitos é ainda mais desafiador. Diante disso, faz-se necessárias à compreensão das experiências passadas para a interpretação do contexto histórico no qual nossa professora viveu.

Ao aproximar de nossas considerações finais torna-se importante falar que Filomena Catarina Moreira foi professora de Carmem Palácio Lago, que por sua vez, foi professora – uma das preferidas – da professora Luiza D’Ily Alencar de Oliveira. Os valores repassados por uma foi recebido com muito zelo pela outra e suas trajetórias nos trazem traços bem parecidos. As três exerceram o magistério como um verdadeiro sacerdócio ⁴¹ compartilhando dos ideais ensinados no seu tempo.

As duas primeiras, não se casaram nem tiveram filhos, os motivos não puderam ser revelados. Filomena dedicou sua vida inteira a educação daqueles que lhe foram confiados. Carmem Palácio também, e somado ao trabalho educacional, dedicou-se aos ministérios paroquiais e a devoção à Maria. Das três, somente Luiza D’Ily casou e teve três filhos. Seu marido continua a apoiá-la nas suas conquistas tendo ciência da grande mulher que tem ao seu lado.

⁴¹ Há divergências dos teóricos de Educação sobre o conceito de sacerdócio. Entre estes, destaca-se Paulo Freire (2005), que ao denunciar a “educação bancária” - termo criado por ele para explicar uma educação onde somente o professor é o detentor do conhecimento e “deposita este conhecimento na mente dos alunos” – discorda, entende e discute que professores e alunos são, ao mesmo tempo, agentes e sujeitos da aprendizagem. Numa analogia sobre a “educação bancária” o professor era um sacerdote que conduzia a cerimônia, neste caso, a aula; e os alunos eram seus discípulos. Naquela época tal dedicação era vista nestes termos. Cf. FREIRE, Paulo: **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida em adesão ao movimento de produção acadêmica que vem se expandindo na historiografia graças à descoberta de novos campos de estudos sobre mulheres – a educação de mulheres, educação e gênero, estudos feministas na educação, entre outros – possibilitados pela afirmação da história enquanto disciplina científica e a reavaliação do conhecimento histórico, o movimento feminista, a terceira geração dos *Annales* (a chamada *Nouvelle Historie*), a feminização nas universidades e o surgimento dos estudos de Gênero em 1980 enquanto nova categoria de análise.

Durante a realização deste trabalho de conclusão de curso verificou-se que a inserção do sujeito mulher na historiografia vem sendo fortalecido por um movimento mais amplo de apropriação que as mulheres têm de si e ainda, dos esforços desenvolvidos em prol de sua ampliação enquanto seres partícipes da vida em sociedade, haja vista o número crescente de mulheres instruídas nas normas cultas e os produtos reconhecidos de suas intelectualidades.

Atentou-se para o aprofundamento dos motivos que mantiveram por tanto tempo a mulher fora da história e concluiu-se que esta omissão foi possível, em grande parte, pelas imagens estereotipadas que se tinha da mulher e que foram construídas mediante os conceitos e imagens que ditavam as regras e papéis femininos de uma sociedade regida pelo patriarcalismo.

Ao pesquisar o sujeito mulher observamos que sua aparição no cenário público surge no ingresso destas no mercado de trabalho, principalmente na área educacional, onde foi possível, pela permissão do discurso republicano, que as mulheres exercessem a função de professora, uma vez que, estas por sua natureza materna, foram consideradas educadoras natas e, portanto, aptas para cuidarem da educação das crianças. Deste modo, ocuparam as cadeiras das escolas normais e tornaram-se o público majoritário da formação de professoras normalistas e posteriormente com o exercício da profissão, tornaram-se reconhecidas por feminizarem a profissão.

Compartilhando das lutas, dos sonhos e conquistas presentes no movimento que insere a mulher na Historiografia, a presente pesquisa dedicou-se em abordar a história das mulheres, investigando através da História da Educação, as trajetórias de mulheres professoras e suas relevantes contribuições para a escrita da História através dos registros das

memórias de professoras codoenses. Nesse sentido, encarou-se o desafio de percorrer a cidade de Codó, Maranhão, em busca de pessoas que pudessem contribuir com seus traços de memórias, para a construção desta monografia. Durante este percurso trabalhou-se com foco na realização dos objetivos propostos e colheram-se resultados favoráveis sobre a História da Educação deste município, uma vez que, o escopo da pesquisa foi alcançado, conseguindo-se interpretar fragmentos de memória de três mulheres professoras codoenses, a partir da (re)construção de suas trajetórias possibilitadas pela história oral como metodologia de pesquisa, a qual foi fundamental para os resultados aqui apresentados.

Sobre esta metodologia é possível reconhecer sua importância enquanto instrumento de pesquisa que ao utilizar-se de entrevistas, evidencia através da história oral, momentos de diálogos com as pessoas com as quais se estabeleceram ricas relações de aprendizagens, a partir de lembranças e vivências que cada entrevistado carregava dentro de si: os momentos marcantes, experiências prazerosas, desafios enfrentados e ainda, a saudade do seu tempo de exercício do magistério.

As entrevistas realizadas permitiram às pessoas entrevistadas visitas às suas memórias, de modo que, como nos afirma Bosi (2003) estas realizaram através de suas memórias um “trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido”. E nas visitas por suas lembranças puderam lembrar e reviver (ao menos na mente) novamente fatos acontecidos de suas trajetórias (Bosi, 2003).

Os momentos de entrevistas oportunizaram aprendizados para toda a vida, pois, o contato com as pessoas entrevistadas neste trabalho foi de significativa importância para conhecermos também outros elementos sobre a sociedade codoense; o que também é, particularmente, importante para esta acadêmica enquanto pesquisadora da história da educação local, cujo anseio por contribuir na escrita da história deste município e podem resultar em valiosas experiências. Nessa perspectiva, a escrita e posterior divulgação dos resultados desta pesquisa visa cumprir o objetivo de (re)significar a memória e a história local, contribuindo, dessa forma, com pesquisas futuras sobre a história da educação e da história das mulheres professoras codoenses.

Sobre as professoras pesquisadas foram perceptíveis os seus valores para a história da educação local na formação de muitas crianças, jovens e adultos da sociedade codoense. Por tal importância, suas memórias constituem ricas fontes não somente para história da educação do município, mas também para o conhecimento do contexto social e cultural da cidade, além dos rumos tomados pelo desenvolvimento urbano, pois, durante as entrevistas e o desenvolver das narrativas percebeu-se também que cada professor e professora

entrevistada, guardam dentro de suas lembranças a história do município de Codó, pelo seu olhar de educador e de cidadão.

“Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Bosi, 2003) e assim, as pessoas entrevistadas constituem fontes ainda frondosas para futuras pesquisas, pois, além de conhecerem traços da história desta cidade, estão dispostos a colaborar com pesquisas que retome a história local e as tornem documentos oficiais.

Pelos resultados apresentados e as possibilidades visíveis de novas fontes, a monografia “PELAS MÃOS FEMININAS: Memórias da Educação Codoense (1950 a 1980)” é o início de um trabalho que pretendo desenvolver ao longo da minha jornada acadêmica com aspirações a cursos de Pós-Graduação contribuindo para a amplitude da escrita da história codoense, pois: “Se alguém colhe um grande ramalhete de narrativas orais, tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisas, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (Bosi, 2003).

REFERÊNCIAS

CORPUS DOCUMENTAL

1. FONTES IMPRESSAS

a) Anais

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Mesa Redonda “Ouvir e Narrar: métodos e práticas do Trabalho com História Oral.” Anais do II Seminário de História Oral- Grupo de História Oral/Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1996.

HOT, Amanda Dutra. **História das Mulheres e gênero:** uma discussão historiográfica. Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

MARQUÊZ, Damáris Naim; RIOS, Gilma Maria. **Nas entrelinhas dos escritos de normalistas mineiras:** primeiros olhares. Anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais. Disponível em <http://www.congressods.com.br> Acessado em 09.10.2014.

OLIVEIRA, A. G. C; FILHO, A.S.; PAIVA, F.C; ALMEIDA, K.F, CALDEIRAS, M.J.V. **Contribuições da Escola Codoense na Formação de Professores.** Anais do Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação. Salvador, Bahia, 2013.

PEREIRA, Nelci Bilhava. **Memória:** continuidades ou descontinuidades? Anais do II Congresso Internacional de História da UFG. Textos completos: História e Mídia. ISSN 2178-1281. Jataí, Setembro, 2011.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Escola Normal:** O projeto das Elites Brasileiras para a Formação de Professores. Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Artes. Faculdade de Artes do Paraná, FAP. Anais do I Encontro de Artes FAP. Disponível em: http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf . Acessado em 20. 10.2014.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Gênero e Racismo.** Anais do Seminário “Racismo, Xenofobia e Intolerância”, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Hotel Bahia Othon, Salvador, 20 de novembro de 2000.

b) Artigos em jornais, revistas e outros

ABUD, Kátia Maria. **A construção de uma didática da História:** algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. In: História, São Paulo, n. 22 (1), 2003.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **A destinação das mulheres para educar meninos e meninas:** como são construídos os paradoxos históricos. Revista Educação & Linguagem. Ano 11. Nº 18, p- 136-148, Jul-Dez, 2008.

AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia:** Ética e História Oral. Proj. História, São Paulo, (15), abr.1997.

_____. **O Grande Mentiroso:** Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. História, São Paulo, 14: 125-136, 1995.

ALVES, José Eustáquio Diniz: **Bertha Lutz:** precursora da luta feminista. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>. Acessado em 09/03/2013.

BIOGRAFIA DE JOSÉ RIBAMAR CARVALHO. Disponível em: <http://joaopecegueirodias.blogspot.com.br/2011/11/voce-sabia.html>. Acessado em 12.08.2015.

CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 108- Maio de 2010.

CUNHA, Maria de Fátima. **Mulher e Historiografia:** Da visibilidade à diferença. Revista História & Ensino, Londrina, v.6, p. 141-161, out. 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90:** o caso do Brasil. História Oral, São Paulo, nº 1, p.- 19-30, jun. 1998.

_____. **História Oral, Comemorações e Ética.** Projeto História, São Paulo, (15), Abril. 1997.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO CODÓ. Disponível em: <http://correiocodoense.com.br/iphan-entrega-complexo-ferroviario-de-codo-totalmente-restaurado/> Acessado em: 23.07. 2015.

KULESZA, Wojciech Andrzej. **A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910).** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 79, nº 193, p-63-71, Set/Dez. 1998.

LEIA HOJE, Revista. **Enciclopédia do Maranhão- Codó.** Ano VI- Nº 49- Ano 2000.

MOTTA, Diomar das Graças. **Uma mulher professora nos sertões maranhenses.** Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Disponível em <http://www.sbhe.org.br> Acessado em: 26. 01. 2015.

_____. **A Outra Escola Normal Maranhense.** Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Disponível em <http://www.sbhe.org.br> Acessado em: 26. 01. 2015.

_____. **Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio.** Revista Educação & Linguagem. Ano 11, Nº 18. Págs. 123-135, Jul-Dez, 2008.

NAVARRETE, Eduardo. **O cinema como fonte histórica:** diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Revista Urutaguá. Nº 16. Paraná, 2008.

PÁGINAS DE CODÓ. Disponível em: <http://www.blogdoacelio.com.br/01/?s=P%C3%81GINAS+DE+COD%C3%93&x=0&y=0>. Acessado em 22.07. 2015.

PINTO, Diana Couto. **Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário:** Uma trajetória bem sucedida? Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/FE/PROEDES. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos> Acessado em 26.03.2015.

_____. **CADES e sua presença em Minas Gerais.** Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Disponível em <http://www.fae.ufmg.br> Acessado em 26.03.2015.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.- 200-2012.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.- 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

SANFELICE, José Luís. **História e Historiografia de Instituições Escolares.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n 35, p. 192-200, Set. 2009- ISSN: 1676-2584.

SCOTT, Joan Wallach. **Cidadãs, mas não indivíduos:** antes e depois do direito ao voto. In: A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/> Acessado em 09/03/2013.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Trajatória da Historiografia das Mulheres no Brasil.** POLITEIA: Hist. E Soc., Vitória da Conquista, v.8. nº 1. p. 223-231, 2008.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A memória em questão:** uma perspectiva histórico cultural. Educação & Sociedade. Ano XXI. Nº 71. Julho, 2000.

SOARES, Maria Alda Pinto. **Análise de 1940-1970:** Espaços e Desafios das mulheres construtoras da educação no município de Codó- MA. Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2013. Disponível em: <http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=514>. Acessado em 12.08.2015

SOUZA, Sandra Duarte. **Educação, trabalho e socialização de gênero:** quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. Revista Educação & Linguagem. Ano 11. Nº 18, p.-170-185, Jul-Dez, 2008.

c) Estudos monográficos

COSTA, Wolney de Jesus Campos. **Perfil de mulheres brasileiras, maranhenses, através de duas educadoras do município de Codó- MA:** Carmita Lago e Eva Gomes. Codó, MA, (Monografia) UEMA/CESC, 2003.

d) Projetos, dissertações e teses

ABRANTES, Elisabeth Sousa. **“O DOTE É A MOÇA EDUCADA”:** mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História) na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.foxitsoftware.com> Acessado em: 26.03.2014.

ASSIS, Dayse Laraine Moraes de. **A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a Nova Organização Escolar:** Histórias e Memórias da Educação no Município de Ibicaraí/BA. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2005.

COSTA, Cristiane Dias Martins da. **Faróis da Educação e os desafios da formação de leitores no Maranhão**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9FUF7M/tese_corrigida_final.pdf?sequence=1 Acessado em 29.09.2015.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010.

e) Jornais

JORNAL ÊXITO, 02 de Abril de 1950. Jornal Noticiário. Nº 1. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

JORNAL O MOVIMENTO. Setembro de 1954. Jornal Escolar. Ano 1. Nº 1. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

f) Leis e decretos

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2ª Reimpressão. Brasília. 2008. 236 p. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/feminismo-pela-igualdade-dos-direitos>. Acessado em 10/03/2013.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 11.340- Lei Maria da Penha**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/> Acessado em 10/03/2013.

CODÓ- MA. LEI Nº 1.265 de 15 de Abril de 2002. **Autoriza o poder Executivo a instituir o Hino Codoense, de autoria da Professora Luiza D'ily Alencar de Oliveira e dá outras providências**. Publicado em 15 de Abril de 2002. Disponível em: www.camaradecodo.ma.gov.br.

_____. LEI Nº 1.319, de 08 de Outubro de 2003. **Dispõe sobre a Criação de Comendas do Município de Codó Maranhão e dá outras providências**. Publicado em 08 de Outubro de 2003. Disponível em: www.camaradecodo.ma.gov.br.

2. FONTES ORAIS

2.1- Entrevistas

a) Entrevistas gravadas

MACHADO, João Batista. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Dezembro, 2013.

MOREIRA, Marluzi Serra. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Outubro. 2014.

OLIVEIRA, Luiza D'ily Alencar de. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

SILVA, Carlos Gomes da. Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares. Codó – MA. Maio. 2013.

b) Entrevistas (Outras)

LAGO, Maria Raimunda. Entrevista concedida a Wolney de Jesus Campos Costa. Codó – MA. 2003. In: COSTA, Wolney de Jesus Campos. **Perfil de mulheres brasileiras, maranhenses, através de duas educadoras do município de Codó- MA:** Carmita Lago e Eva Gomes. Codó, MA, (Monografia) UEMA/CESC, 2003.

3. BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História.** São Paulo, Cengage Learning, 2010.

ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão:** estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.

ARANHA, Luziane de Jesus. **“MULHERES CRIMINOSAS”:** o julgamento social dos crimes cometidos por mulheres no Maranhão. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão:** estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.

AREND, Silvia Fávero. **Trabalho, escola e lazer.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil.** 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero:** Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília, Presidência da República, 2013.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CARLINDO, Eva Poliana. **Professoras brasileiras:** o imprescindível investimento em aquisição de capital cultural. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Edições Gerais, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil.** 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994 .- (Coleção Repensando a história).

DUARTE, Constância Lima. **A ficção didática de Nísia Floresta.** In: LOPES, Eliane M.T; In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) - **500 Anos de Educação no Brasil:** Coleção Historial. 3ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FRANCO, Cambi. **História da Pedagogia.** - São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. Barueri, SP: Manole, 2009.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.
- HAHNER, June E. **Honra e Distinção das Famílias**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **Historia e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999. 298 p.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço Feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.
- MOTTA. Alda Brito da. **Elas começam a aparecer**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.
- PACHECO, Maria da Glória Costa. **O VOTO DE SAIAS: trajetória de conquista do sufrágio feminino no Maranhão**. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010.
- PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Mulheres educadas e educação de mulheres**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.
- SALES, Tatiane da Silva. **EDUCAÇÃO PARA O LAR: instrução e condição social feminina em São Luís (1900-1920)**. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010.
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual– 3 ed.**- Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea).
- _____. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea).
- SCOTT. Ana Sílvia. **O caleidoscópio dos arranjos familiares**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Douruézia. **“EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER!?”**: a violência doméstica contra a mulher no Maranhão oitocentista. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão**: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX) / Organização. São Luís: Editora UEMA, 2010.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Filomena Catarina Moreira**. In: MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999. 298 p.

SOIHET, Rachel. **A conquista do espaço público**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

SPORN, Veraclely Moreno. **FUNERAIS DA HONRA**: defloramentos femininos em São Luís na virada do século. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão**: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.

VILLELA O. S. Heloisa. **O mestre-escola e a professora**. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.)- **500 Anos de Educação no Brasil**: Coleção Historial. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.